

NOVOS RUMOS

ANO V — Rio, semana de 11 a 17 de outubro de 1963 — N.º 242

Solidariedade ao Povo Cubano

O ciclone «Flora», entre outros países do Caribe, açoitou a ilha de Cuba. Deixou atrás de si um rastro de mortes e destruição. Os prejuízos que provocou foram incalculáveis, atingindo notadamente as plantações de arroz, milho, café, cana-de-açúcar e as frutas. Dizimou também parte do seu rebanho.

A catástrofe que agora atinge o bravo povo cubano, devemos responder com a nossa solidariedade. NR, através de suas páginas, faz um apelo ao

povo brasileiro para que, mais uma vez, demonstre o calor dos seus sentimentos humanos e seu carinho para com o povo cubano, organizando uma grande campanha de solidariedade e ajuda, notadamente objetivando enviar medicamentos, antibióticos, leite em pó e alimentos enlatados.

Os donativos podem ser enviados, inicialmente, durante todo o dia, ao escritório comercial de Cuba, à Avenida Nossa Senhora de Copacabana, 1229, sala 203, Copacabana — Guanabara.

Os Comunistas se Dirigem à Nação

Por um Novo Governo Capaz de Adotar Soluções Imediatas em Favor do Povo

Suposto Atentado Alimenta Golpistas

O suposto atentado à vida do conspirador Carlos Lacerda está sendo utilizado como o elemento que faltava para a tentativa de restaurar-se, hoje, a farsa gerada «república do Galeão», onde se preparou, em sua última fase, o golpe de 1954, que resultou na morte do Presidente Getúlio Vargas.

Na Câmara, sucedem-se os discursos de golpistas invejados como Allomar Balseiro e Amador Neto. Uma comissão parlamentar de inquérito está sendo providenciada pelos conspiradores, com o objetivo de criar o clima emocional semelhante ao que ficou conhecido como «mar de lama» no golpe de agosto. «O Estado de São Paulo» dirige-se abertamente aos círculos militares da reação, apontando-lhes sem qualquer evasiva o caminho da quartelada. E «O Globo» dedica praticamente a sua edição de quarta-feira à exploração sensacionalista do suposto atentado, em manchete, submanchete, editorial, matérias em páginas internas, num fogo cerrado que não admite dúvidas quanto aos propósitos golpistas.

O escândalo que se está armando em torno do alegado episódio é mais um motivo de alerta para as forças democráticas. Mas é, sobretudo, uma advertência ao sr. João Goulart, mostrando-lhe que só firmemente apoiado no povo pode o governo fazer frente à conspiração e esmagá-la.

Trabalhadores em Carris: Greve de Solidariedade na Light e Cia. de Gás

A greve dos trabalhadores em carris, demitidos em virtude de medidas adotadas pelo governo Lacerda, continuava ontem. Reforçada, pois os trabalhadores da Light e da Cia. de Gás paralisaram uma parte dos serviços daquelas empresas, em solidariedade aos primeiros. A greve pode se estender se não terminar o jogo de empurra entre os governos federal e estadual, que só está prejudicando cada vez mais a situação dos demitidos. A solidariedade, se a questão não for resolvida, pode crescer: PUA, CPOS e CGT deverão adotar medidas a esse respeito. Reportagem na 2.ª página.

Repulsa Aos Chacinadores de Ipatinga: Trabalhadores Exigem Punição Rigorosa

Estão identificados os bandidos que metralharam barbaramente os trabalhadores da USIMINAS, que, pacificamente, protestavam contra a prisão injustificada de companheiros seus. O acontecimento, que provocou comoção e revolta em todo o País, determinou a mobilização total dos trabalhadores mineiros, com a solidariedade das organizações sindicais de todo o Brasil. Desde os primeiros momentos passaram a exigir através de manifestações, atos e greves a rigorosa punição para os assassinos. Diante da onda de protestos levantada, o governador determinou a remoção dos responsáveis para Belo Horizonte e enviou a Ipatinga representantes do Governo para dar explicações aos trabalhadores. Reportagem na 3.ª página.

1 — As forças nacionalistas e democráticas, derrotando a tentativa de implantação do estado de sítio, alcançaram importante vitória política. Os fatos revelaram que a unidade da frente única atingiu um nível mais alto e que sua amplitude é maior, crescendo, conseqüentemente, sua influência na vida do País. Sua participação no desenrolar da crise foi decisiva e a vitória alcançada cria condições para que o movimento patriótico e democrático, estreitando mais ainda sua unidade, tornando-se ainda mais amplo, coordenando com empenho sua atividade, avance e conquiste novos êxitos.

Os recentes acontecimentos também confirmaram o fracasso da política que vem sendo seguida pelo Governo, de conciliação com as forças interessadas, em que o País continua espoliado pelos monopólios imperialistas e espoliado pelo latifúndio. Não se pode esperar que a situação melhore enquanto os monopólios imperialistas, apoiados por grupos ultra-reacionários e antinacionais, como as forças populares e os trabalhadores. Estas fórmulas, ficou claro, só podem conduzir ao isolamento dos seus manipuladores e eriam uma ameaça real de fortalecimento da reação.

Recrudescem, a olhos vistos, a conspiração entreguista, tendo à frente o bando dos traidores Lacerda e Ademar. Torna-se necessário que as forças populares não apenas mantenham acesa sua vigilância, mas intensifiquem sua ação contra a minoria entreguista, exigindo do Governo medidas firmes e energéticas capazes de esmagar sua criminoso atividade. Essas medidas, entretanto, só serão realmente efetivas se baseadas em soluções populares para os problemas colocados diante da Nação.

2 — Retirado o pedido de decretação do estado de sítio, nenhum problema de fundo foi resolvido e continuam a atuar os fatores que levam ao aguçamento da crise. Os fatos mostram a necessidade premente de ser adotada uma nova política, que de solução às questões imediatas e se encaminhe no sentido das reformas de base. Um governo como o atual, que se baseia no compromisso com a cúpula retrógrada do PSD e com outras forças reacionárias, não realizará essa política. Impõe-se, portanto, uma recomposição do sistema de forças que constitui o atual Governo, com a substituição dos setores distanciados das aspirações do povo por representantes das correntes políticas e sociais que estejam dispostos, no Parlamento e nas ruas, a dar apoio a essa nova política.

3 — Os comunistas reafirmam sua opinião de que se torna cada vez mais imperiosa a necessidade de imprimir um novo curso ao desenvolvimento econômico e político do País. Manifestam sua decisão de lutar com vigor redobrado, junto às demais forças patrióticas e à frente das massas, pela realização das reformas de estrutura, que golpeiem o domínio imperialista e a exploração latifundiária, e por um governo nacionalista e democrático. Consideram igualmente necessário impulsionar as lutas em defesa das liberdades públicas e dos direitos sindicais, pela revogação do § 16 do art. 141 da Constituição, pelo direito de voto aos soldados e analfabetos pela elegibilidade dos sargentos, pela defesa dos mandatos populares e pela posse dos eleitos, pela revogação da Lei de Segurança e pela democratização da Lei Eleitoral, pelo registro do Partido Comunista Brasileiro.

O governo do sr. João Goulart manifesta-se repetidamente favorável às reformas de base, mas não faz no sentido de medidas concretas e efetivas. Alega o Poder Executivo que a maioria reacionária do Congresso Nacional é um obstáculo intransponível à realização de tais reformas. Na realidade, são os representantes dos interesses antinacionais e dos setores privilegiados, tanto no Poder Legislativo como no Executivo e no Judiciário, que sabotam, prelelam e travam as mudanças prementes que o País reclama.

A crise política em desenvolvimento demonstra, porém, que já não é possível retardar a adoção de soluções. O povo brasileiro exige a formação de um

governo que inicie a aplicação de medidas imediatas e concretas para enfrentar os problemas mais agudos do momento. Estas medidas não excluem a luta por soluções mais profundas, pelas reformas de base, constituindo um passo inicial no sentido de sua concretização. São providências que podem ser realizadas desde já, por um Poder Executivo que se disponha realmente a servir ao povo, enquanto se trava a luta pelas modificações constitucionais que permitam a plena execução das reformas de base.

No terreno da luta contra a espoliação imperialista, pela solução das dificuldades que o País enfrenta no setor do comércio exterior e do câmbio, devem ser adotadas imediatamente medidas como a declaração de moratória para a dívida externa, até que seja possível saldá-la sem afetar o desenvolvimento do País; o monopólio de câmbio pelo Governo, acompanhado de uma política liberalizadora da remessa de divisas; a supressão das tarifas e o monopólio das importações de café e medidas severas contra as fraudes cambiais; a anulação do compromisso de compra do empréstimo da Bond & Share e providências para a encampação das concessionárias de acordo com as leis brasileiras; a intensificação do comércio com os países que negociam à base de convênios bilaterais, a fim de evitar o endividamento na área do dólar; a ampliação do monopólio estatal do petróleo, mediante a encampação da refinaria de Capuava, o monopólio da importação de óleo cru e derivados e a entrega à Petrobras da distribuição de todos os seus produtos.

A fim de iniciar a aplicação de medidas concretas contra o latifúndio, melhorar o abastecimento de gêneros alimentícios à população e elevar o nível de vida das massas rurais, devem ser tomadas providências como a concentração em um só fundo de todos os recursos financeiros concedidos aos estabelecimentos agropecuários, destinando-se pelo menos 75% do montante desses recursos aos estabelecimentos de área inferior a 100 hectares que se dediquem à produção de gêneros alimentícios destinados à subsistência da população; supressão de todas as vantagens administrativas, econômicas ou financeiras para os estabelecimentos de qualquer dimensão que cobrem taxa de arrendamento superior a 20% do valor do produto, ou que não estejam cumprindo rigorosamente as leis que amparam o trabalhador rural; medidas oficiais que possibilitem aos camponeses sem terra a ocupação e o cultivo de áreas das propriedades latifundiárias; mobilização de todos os meios de propaganda e recursos governamentais a fim de exigir do Congresso a aprovação imediata de uma emenda constitucional que permita a reforma agrária com o pagamento das indenizações em títulos.

Com o objetivo de salvaguardar os interesses das massas consumidoras contra a ação dos grandes intermediários no terreno do abastecimento e dos preços, é necessário adotar medidas rigorosas contra a sonegação dos gêneros alimentícios, inclusive a confiscação dos estoques e sua distribuição direta ao comércio varejista; nacionalização, pelo custo histórico, dos moinhos, dos frigoríficos, das fábricas de leite em pó e da indústria farmacêutica estrangeira.

Para atenuar a situação aflitiva em que se encontram as massas trabalhadoras, vítimas da brutal elevação do custo de vida, impõe-se o reajustamento geral dos salários, o rezonamento e a fixação imediata de novos níveis do salário-mínimo.

O povo brasileiro exige também a libertação imediata dos graduados e praças das Forças Armadas presos em consequência do protesto de Brasília; a abolição das medidas discriminatórias adotadas contra os sargentos; a revogação do decreto 9.070 que ameaça o direito de greve.

4 — Existem todas as condições favoráveis a novos êxitos das forças ant imperialistas e democráticas. A unidade de ação dos trabalhadores, camponeses, estudantes, militares patriotas, de todo o povo brasileiro, é o fator decisivo para o esmagamento da conspiração reacionária, a derrota da política de conciliação com o imperialismo e o latifúndio e a conquista de um governo nacionalista e democrático, que realize as medidas reclamadas pelos interesses da Nação.

Câmara Defende Latifúndio

A Câmara decidiu derrotar o projeto do PTB de reforma da Constituição para possibilitar a realização da reforma agrária por via legislativa. A emenda consistiu em retirar do texto constitucional a obrigatoriedade do pagamento em dinheiro e segundo o chamado «justo preço» nas desapropriações feitas por interesse social. Essa, como se sabe, é uma condição prévia para que possam ser feitas, em ampla escala, as exigidas as necessidades do País, as desapropriações dos latifúndios e a posterior distribuição das terras entre os camponeses.

A maioria reacionária da Câmara, ao rejeitar a emenda, tomou posição ostensiva contra a reforma agrária por via legislativa. Funcionou o rôlo compressor da bancada de latifundiários, defendendo a intocabilidade do monopólio da terra, o atraso secular de nossa agricultura, a tremenda miséria de milhões de famílias camponesas, a crise crônica de abastecimento de gêneros alimentícios e, de outro lado, o parasitismo e o fausto em que vivem a minoria de barões feudais e seus «leões de chácara».

Isso, naturalmente, está longe de significar um fato consumado para as forças democráticas. Ao contrário, a decisão dos gorilas da Câmara mostra que é indispensável redobrar a luta pela reforma agrária e demais reformas de base, dentro e fora do Parlamento. No que se refere especialmente às massas camponesas, mostra que a conquista efetiva da reforma agrária depende fundamentalmente de suas próprias iniciativas, de suas ações unidas e organizadas pela posse da terra, do reforçamento de seus sindicatos e suas ligas. A intensificação dessa luta, no interior de todo o País, é uma das mais importantes e urgentes tarefas das massas camponesas e todas as forças democráticas.

“Ajuda” é Instrumento Imperialista

Em declarações prestadas nos Estados Unidos, o sr. David Bell, diretor da Agência Internacional do Desenvolvimento, declarou com todas as letras que a política norte-americana de «ajuda» à América Latina é o novo processo usado por Washington para intervir nos países do Continente, uma vez que, segundo ele reconhece, não é mais possível aplicar a «diplomacia dos fuzileiros». Leia na Nota Econômica, 3.ª página).

Truste Canadense Quer Dominar Mercado Brasileiro de Alumínio

O grupo canadense ALCAN, subsidiário da ALCOA, que esmagou a Eletro Química Brasileira, em Saranenha, Ouro Preto, no fim da Segunda Guerra Mundial, está instalando em Poços de Caldas uma fábrica de alumínio. O empreendimento, feito em associação com a Hanna, visa controlar o mercado ainda dependente de importação, e impedir a instalação de novas indústrias do alumínio com capital brasileiro. Reportagem na 6.ª página.

METALÚRGICOS EM CONGRESSO

Hair L. Veleso

Mais de 800 mil metalúrgicos de todo o País preparam-se para realizar o seu IV Congresso Nacional, na cidade de Recife, nos dias 17, 18 e 19 do mês em curso.

Esse encontro dos metalúrgicos assume grande importância dada a situação atravessada pelo País, às voltas com mais uma profunda crise econômica e política, que afeta principalmente os trabalhadores, já que o monstruoso processo inflacionário que a acompanha reduz a nada o poder aquisitivo dos que vivem de salários e vencimentos.

Compreendendo sua responsabilidade como a mais numerosa e concentrada parcela de trabalhadores na indústria, os metalúrgicos colocam para debate no Congresso questões de interesse vital para a nação, visando em torno delas mobilizar toda a sua força e contribuir para solucioná-las. Vejamos algumas delas: Plano trienal de desenvolvimento econômico; política de defesa da indústria nacional; reforma agrária; política de desenvolvimento do Nordeste; reformas de base.

Além dessas questões, outras têm neste momento particular importância. A defesa e a ampliação das liberdades democráticas e sindicais ameaçadas, particularmente o direito de greve, merecerão, entre elas, especial atenção dos congressistas. O metralhamento pela polícia do sr. Magalhães Pinto, de nossos irmãos da USIMINAS, as tentativas de colocar na ilegalidade todas as greves das quais lançam mão os trabalhadores para enfrentar as intransigências patronais mostram bem a necessidade de esmagar com lutas vigorosas as ações reacionárias e provocadoras praticadas contra os trabalhadores. Outro problema importante é a unificação nacional das datas de acordos salariais, que dará aos metalúrgicos redobrada força para tornar vitoriosas suas campanhas por aumento de salários e por outras reivindicações.

Os metalúrgicos examinarão ainda no Congresso problemas ligados ao aperfeiçoamento da legislação trabalhista, da previdência social do desemprego. Buscarão também formas de aperfeiçoamento de sua coordenação sindical em âmbito nacional e de reforçamento da unidade de ação, visando incorporar sua poderosa categoria mais ativamente na luta de todo o povo para conquistar as reformas de base, contra o imperialismo e o latifúndio, fatores principais de entrave de nosso País. O Congresso dará atenção especial à luta pela reforma agrária radical e tomará as medidas para ajudar a organização e as lutas dos camponeses por outros direitos.

Indicamos alguns aspectos que salientam a importância desse Congresso. É necessário por isso intensificar sua preparação, principalmente nas grandes empresas de S. Paulo, Guanabara, Estado do Rio, Minas e outros centros importantes, para constituir delegações que expressem a força dessa valorosa categoria de trabalhadores e favoreçam o êxito pleno desse conclave.

GUANABARA

Jôquei Clube: Contraste

Os empregados do Jôquei Clube Brasileiro estão reivindicando um abono de emergência de 40% sobre o salário atual, para fazer face à elevação assustadora do custo de vida. A situação em que vivem os trabalhadores do Jôquei contrasta flagrantemente com a excelente situação financeira da entidade, que auferiu lucros cada vez maiores em suas operações.

Petróleo Quer 40%

Os trabalhadores da Petrobrás (da Guanabara e Estado do Rio) rejeitaram a contraproposta da empresa, que oferece 30% sobre o atual salário. Os Sindicatos de Trabalhadores de Refinação e Destilação de Petróleo dos dois Estados ratificaram todas as reivindicações anteriormente apresentadas: aumento de 40% sobre o salário atual; majoração fixa de Cr\$ 5.000,00; estabilidade de aos cinco anos e elevação do atual salário família.

Bebida: Luta e Festa

Os operários na indústria de bebidas e refrigerantes estão reivindicando um aumento de 90%. O Sindicato está em entendimento com os dirigentes da Antártica, pois já foi firmado acordo na Brahma. Enquanto lutam, os trabalhadores em bebidas não deixam morrer o Centro Recreativo do Sindicato, que ainda no último dia 5 realizou um animado baile.

Rodoviários Dão Posse

A nova diretoria e o Conselho Fiscal do Sindicato dos Condutores de Veículos Rodoviários e Anexos do Estado da Guanabara serão empossados no próximo dia 28, às 20 horas, na sede da entidade (rua do Senado, 264).

Nova Diretoria

Os integrantes da nova diretoria, Conselho Fiscal e representantes junto à Federação, do Sindicato dos Hoteleiros, serão empossados no próximo dia 28, às 20 horas, na sede da entidade (rua do Senado, 264).

Aumento de Pensões

Os comerciários aposentados e pensionistas estarão reunidos no próximo dia 14, às 9 horas, na sede do Sindicato (rua André Cavalcanti, 33). O objetivo é pleitear aumento das pensões, extensão do salário-família aos aposentados e outras questões.

Meio Milhão de Trabalhadores Paulistas Unidos na Luta Salarial

Na Assembleia Intersindical realizada no último dia 6, domingo, que reuniu mais de 5.000 trabalhadores paulistas e teve lugar no Cine São José do Belém, 14 categorias resolveram firmar um Pacto de Ação Conjunta para a luta por reajustamentos salariais. Por outro lado, foi decidida a convocação de assembleias em todos os sindicatos para o dia 18 próximo, a fim de se apreciarem as propostas patronais, e de nova assembleia intersindical do PAC para o dia 27 do corrente.

mas de suas reivindicações e fixarem, em caso de decisão coletiva, as bases dos acordos a serem firmados por ambas as partes. Mas é preciso, desde logo, que fiquem esclarecidos os seguintes pontos: TRABALHADORES NÃO GANHAM COM INFLAÇÃO

O manifesto patronal afirma: "Não há como negar o intuito de transformar a inflação, pelo seu agravamento, em instrumento político de subversão. Na ordem social, há um mecanismo montado no País que tem em mira impor desarrazoados encargos salariais e outros ônus que as empresas privadas, quer as públicas, e aos serviços operados pelo próprio Governo". E a pretensão de sempre: culpar os trabalhadores pela inflação acelerada. Mas o sr. João Pinheiro Neto, em seu folheto "Salário é Causa da Inflação?" já demonstrou que isto é falso, utilizando-se de inúmeros dados. Citando estatísticas do IBGE, prova que a parte dos salários na composição das despesas da produção industrial caiu, percentualmente, em 1955, os salários representavam 19,5 dessas despesas; em 1959, apenas 16,2%. Salienta-se que essa foi a fase (1955-1959) que, segundo o conceito do próprio autor, corresponde à arrancada do nosso progresso industrial, com o incremento da indústria pesada. Época, também em que se acelerou o processo inflacionário.

NECESSIDADE DO PAC

As reivindicações constantes do documento que consagra o compromisso, correspondentes aos interesses de todos os trabalhadores representados, só poderiam, na verdade, ser conquistadas através da unidade de ação objetivada pelo referido Pacto. Isto porque o patronato paulista desde o dia 21 de setembro, quando divulgou manifesto, já declarou a intransigência que vai opor às campanhas salariais dos trabalhadores, acusando as organizações operárias de apresentar pedidos absurdos de reajustamentos salariais, de realimentar um trabalho de desmoralização do Judiciário e dos demais Poderes da República, além de outras acusações do mesmo teor. Com estas inverdades, o que pretendem os patrões é fazer crer serem os trabalhadores os culpados pela inflação e pelo aumento galopante do custo de vida, e incompatibilizá-los com as autoridades que deverão apreciar os termos de suas reivindicações.

Acabam de aparecer OBRAS DE KRUSCHIOV (em espanhol)

Advertisement for N.S. KRUSCHIOV books. Includes titles like 'SOCIALISMO E COMUNISMO', 'O IMPERIALISMO, INIMIGO DO POVO', 'A LIBERDADE DO MEU LIVRE E SEU FUTURO', 'O SOCIALISMO, SEU PRESENTE E SEU FUTURO', 'O COMUNISMO E A LIBERDADE DO INDIVÍDUO', 'SÓBIE A COEXISTÊNCIA PACÍFICA'. Price list and contact information for Agência Intercambio Cultural, Rua 15 de Novembro, 228, São Paulo.

No curso de seu recente movimento grevista, os bancários apresentaram os fabulosos lucros obtidos pelos bancos nos últimos anos. O Banco Brasileiro de Descontos, de propriedade do sr. Lando Natel, vice-governador de São Paulo, que, em 1943, possuía, como capital e reservas, pouco mais de 10 milhões e meio de cruzeiros, apresentava em junho do corrente ano capital e reservas orçados em mais de 4 bilhões e 700 milhões de cruzeiros. Eis, portanto, quem ganha com a inflação.

Queriam lesar os bancários

No que se refere aos desarrazoados encargos salariais, nenhum fato concreto é citado pelos autores do manifesto. O esforço empreendido pelos trabalhadores tem sido no sentido de manter os seus salários no mesmo nível em que estavam nos anos anteriores, tanto que, ao reivindicarem, não falam em aumento, mas sim em reajustamento salarial. Os próprios empregadores e autoridades, por motivo das segundas lutas operárias, passaram a aceitar que se fizesse em reajustamentos salariais de acordo com a elevação do custo de vida, embora os dados em que se baseiam nem sempre expressem realmente tal elevação.

Mas parece que até mesmo esse critério que vem por de lado. De fato, foi o que se observou com a decisão do Tribunal Regional do Trabalho de São Paulo, segundo a qual se pretendia aumentar os salários dos bancários em apenas 70%, com desconto do abono de 30% por eles recebido em abril último e sem nenhum pronunciamento quanto ao pedido daquela categoria profissional de abono de 35% em março de 1964. Ora, sem levar em conta que o orçamento dos trabalhadores será onerado pela cobrança do empréstimo compulsório, aquela decisão fazia com que os bancários passassem a ter em seus pagamentos, tomados em relação ao índice de aumento do custo de vida, um déficit de cerca de 10%.

Como efeito, segundo estatísticas do DIEESE, o aumento do custo de vida ocorrido no período de agosto de 1962 a agosto do presente ano, período este em que vigora o acordo salarial dos bancários, ultrapassa a 80%.

Bancários acataram justiça do trabalho

Segundo os empregadores, o autêntico movimento sindical teria como um de seus objetivos a desmoralização do Judiciário. Fazem grande exploração em torno de greves, como a dos bancários, ocorrida há pouco, deflagrada depois de haver a Justiça do Trabalho dado o seu voto, quando, segundo os patrões — os trabalhadores não teriam mais o direito de paralisar seus serviços. Mas, o Sindicato dos Bancários deixou clara a sua posição: a greve eclodira pela conquista dos itens sobre os quais a Justiça do Trabalho se declarou incompetente para decidir, não se tratando, portanto, de um movimento contrário

Considerando que a elevação do custo de vida se verificou de maneira brutal, praticamente duplicando em menos de um ano, recaindo profundamente sobre os ombros dos participantes de todas as categorias profissionais;

Considerando que, assim, se impõe não somente o reajuste dos salários, mas sobretudo assegurar condições já alcançadas em anos anteriores, além de se imporem outras que se fazem necessárias, a vista da conjuntura atual;

Considerando que as vantagens acima poderão ser melhor asseguradas em entendimentos conjuntos diretos, a um só tempo, dando solução única e uniforme às reivindicações das categorias profissionais interessadas, o que certamente muito contribuirá para o sossego e a tranquilidade da maioria dos trabalhadores da Capital e do Estado;

Considerando que as reclamações por categoria e de maneira fracionada, além de se arrastarem por longo e inconveniente período, ainda correrão o risco de entendimentos e processos apartados, sofrerem propostas de solução desbaratadas, que poderão não agradar e convencer, propiciando desentendimentos e lutas;

Considerando que, a vista dessa realidade e com a esperança de que, em anos passados e mesmo no corrente ano (como foi o caso dos bancários), as entidades referidas entenderam, no corrente ano, dar um encaminhamento diverso — conjunto — às reivindicações. Por isso conclui pela formação, mediante compromisso, de um pacto de ação conjunta, das entidades acima mencionadas, as quais se propõem, unidas e organizadas, a lutar a um só tempo por idénticas condições, nas seguintes bases: 1 — reajuste salarial na base de 100 por cento, a vigorar a partir de 1.º de novembro de 1963; 2 — revisão após cada período de quatro meses; 3 — incidência da porcentagem sobre a remuneração vigente em janeiro de 1963; 4 — garantia aos trabalhadores admitidos após a vigência do acordo de igualdade de remuneração aos de funções ou profissões idénticas, a fim de, mediante fraude, não ficar frustrado o acordo e também a fim de evitar a concorrência desleal de uma empresa para outra similar; 5 — adicional de 5 por cento por quinquênio de serviço na mesma empresa; 6 — férias em dobro; 7 — revisão do reconhecimento e aumento do salário mínimo; 8 — reconhecimento dos delegados sindicais nas empresas; 9 — desconto do equivalente a um dia de salários do primeiro mês já reajustado, para ser recolhido ao sindicato da respectiva categoria profissional;

Ademais, a formação desse pacto se justifica, mais do que nunca, em razão da política reacionária e antiopeirista do atual governo do Estado, que vem dispensando aos trabalhadores um tratamento injusto e incompatível com a dignidade dos mesmos; como se fossem deturdores e responsáveis pelo estado de coisas no País, quando na verdade não passam das maiores vítimas de uma inflação desapidada que sobre eles recai. Assim, qualquer proposta que vier a ser formulada a qualquer das mencionadas categorias deverá ser submetida à análise e à opinião do Pacto. Portanto as entidades acima mencionadas, que subscrevem o presente compromisso, se comprometem a emprender, unidas e organizadas, uma luta, e dela somente sair, após a obtenção de um acordo geral em condições de satisfazer à expectativa e o interesse de todos. E para o fim de concretizar o presente compromisso, a assembleia intersindical levada a efeito no Cine São José de Belém, no dia 6 do corrente, às 9 horas, outorga os mais amplos poderes às diretorias das federações, dos sindicatos, da Confederação Nacional dos Trabalhadores na Indústria, que o presente documento subscrevem, e reafirmam o propósito de lutar, todas as categorias profissionais interessadas, por um acordo único, com a mesma data-vale e sujeito às condições já expostas, comprometendo-se a não firmar acordo em separado, a não ser com aprovação da comissão executiva do Pacto de Ação Conjunta.

E por estarem todas de pleno acordo, firmam o presente documento, em cinco vias.

São Paulo, 6 de outubro de 1963.

Podem Parar Dia 15

Continuam os entendimentos entre rodoviários e patrões, no Ministério do Trabalho, para solucionar, até o dia 15, a questão salarial da categoria. Essa data foi fixada pelos trabalhadores, que se dispõem a seguir novos caminhos, inclusive a paralisação. Os rodoviários lutam por um aumento de 100%.

Aumento e Feijoad

Os trabalhadores na indústria de calçados iniciam campanha por aumento de 100%, sobre o acordo de 1962, enquanto os luveteiros e botelistas reivindicam 130% sobre o contrato firmado em 1961, ou seja, 60% sobre o salário de janeiro último. Enquanto enfrenta a campanha das duas categorias, o Sindicato dos Trabalhadores na Indústria de Calçados, Bóias e Luvas da Guanabara promoverá uma feijoad na sua futura nova sede (rua Souza Valente, 7 — São Cristóvão), no próximo sábado, dia 12, quando aproveitarão o ensejo para discutir o andamento da campanha.

Estão Vigilantes

Os trabalhadores na construção civil estão vigilantes, quanto à aplicação do acordo sobre a semana inglesa, pois muitas empresas não o estão cumprindo. Os dirigentes da categoria fiscalizam o pagamento do abono concedido no mês passado, de cerca de 30% sobre o salário.

ESTADO DO RIO

Está reinando no município de Campos um clima de terror. Os usineiros Simão Mansur e Crisóstomo de Oliveira continuam armando capangas e ameaçando os camponeses. Ainda agora, o sr. Jovani Caruso, funcionário da SUPRA, foi espancado e preso, quando fazia medições em terras da região. No Imbé, cerca de 180 capangas de grelheiros e usineiros, armados de metralhadoras, estão pondo em risco a vida das famílias camponesas, com constantes provocações, já várias vezes denunciadas em manifestos de trabalhadores e até mesmo pelo delegado Amaro Maciel.

Clima de Terror

Está reinando no município de Campos um clima de terror. Os usineiros Simão Mansur e Crisóstomo de Oliveira continuam armando capangas e ameaçando os camponeses. Ainda agora, o sr. Jovani Caruso, funcionário da SUPRA, foi espancado e preso, quando fazia medições em terras da região. No Imbé, cerca de 180 capangas de grelheiros e usineiros, armados de metralhadoras, estão pondo em risco a vida das famílias camponesas, com constantes provocações, já várias vezes denunciadas em manifestos de trabalhadores e até mesmo pelo delegado Amaro Maciel.

Carta de Princípios

A luta contra o latifúndio, pelo reforçamento da aliança de operários, camponeses e estudantes, pelas reformas de base e contra o imperialismo, são alguns dos pontos mais característicos da Carta de Princípios aprovada no XIX Congresso Fluminense de Estudantes, encerrado no último sábado. Duzentos universitários participaram da sessão plenária que adotou as resoluções finais. A solidariedade de encerramento contou com a presença dos deputados Michel Saad, Afonso Celso Monteiro, João Kiffer Neto e Ferreira Pinto, os três últimos representando a Frente Parlamentar Nacionalista.

Rodoviários em Luta

Deverá ser julgado hoje o dissídio coletivo em curso da Justiça do Trabalho, para solução das reivindicações dos rodoviários do Município de Três Rios. Lutam aqueles trabalhadores por aumento na base de Cr\$ 65.000,00 para motoristas, Cr\$ 37.950,00 para trocadores e Cr\$ 47.950,00 para despachantes.

Fascista no Liceu

Todas as entidades estudantis do Estado do Rio estão exigindo do governo Badger Silveira a exoneração do diretor do Liceu Nil Peçanha, José Landim, conhecido fascista e perseguidor de estudantes. Movimentam-se nesse sentido a UFE, a UBES, a COFES, que protestaram contra o fechamento do grêmio daquele educandário, José Landim, certa ocasião, teve que fugir pelos fundos de sua casa, em Campos. Não nega a sua condição de fascista e de filiado ao IBAD, cuja revista tem distribuído entre os estudantes. Juntamente com Joaquim Metralha e Diva Rocha, ordena as atividades desse órgão ilegal no Estado do Rio.

Comício no Baldeador

Os moradores do bairro do Baldeador (Estrada Amaral Peixoto) tiveram suas reivindicações defendidas em comício realizado sábado último, organizado pelo Conselho Sindical de Mororó. Falaram o sr. Eziqulo Araújo, superintendente da SERVE, Mauro Coutinho, presidente da União dos Moradores dos Bairros do Caramuru, Baldeador e Morro do Castro, que demonstram a necessidade de novas linhas de ônibus, construção de rede de esgotos, terraplenagem da Estrada Amaral Peixoto, desde o Baldeador ao bairro de Tenente Jardim, etc.

Seminário Feminino

O Movimento Nacionalista Feminino do Estado do Rio está realizando o seu I Seminário com a programação de várias palestras no auditório da ASPERJ (rua dr. Celestino, 103, 2.º andar). No próximo dia 16, o coronel Jocelyn Brasil falará sobre a "Inflação e a Carestia".

Que Fiquem os Ramais

Um grande movimento de protesto contra a retirada dos trens que servem a Trajano de Moraes e Santa Maria Madalena foi realizado pelos moradores desses municípios, sob a direção do Sindicato dos Pequenos Lavradores e Produtores Autônomos de Trajano de Moraes. Ao chegar a máquina que deveria retirar os ramais deficiêntes, foi apreendida pelos populares e lacrada com uma fita verde e amarela.

Que Fiquem os Ramais

Enquanto isto, um memorial com mais de 200 assinaturas foi enviado ao presidente da República, pedindo a permanência das linhas que servem à região e expõem os prejuízos que causaria para mais de 12 mil pessoas a retirada dos ramais.

Foram também enviados telegramas aos ministros da Viação, Guerra, Aeronáutica e Agricultura, bem como ao presidente do Sindicato dos Ferroviários, solidarizando-se com a luta desses trabalhadores para impedir a retirada de qualquer ramal.

Solidariedade Aos Carris Cerra as Portas da Light

Em solidariedade aos carris da Guanabara que permanecem em greve, os trabalhadores em eletricidade e gás suspenderam parcialmente o trabalho a partir dos primeiros minutos de quarta-feira, dia 9, fechando, pela primeira vez na história das lutas sindicais, as portas dos escritórios centrais da Light, na Av. Marechal Floriano.

A posição inicial adotada pelo Sindicato da categoria foi desencadear uma greve apenas parcial, a fim de não aumentar os prejuízos à população do Estado, o que se verificaria com a paralisação total dos serviços.

Isso não quer dizer, contudo, que o movimento não possa vir a ser ampliado. Pelo contrário. A perspectiva não se encontra uma solução para o problema dos carris até a próxima 2a. feira, dia 14, prazo combinado com o diretor do Departamento Nacional do Trabalho, é de que a greve será estendida a todos os setores de luz e gás.

O fato mais importante a ser salientado no movimento dos trabalhadores é que não lutam, no momento, por nenhuma reivindicação específica, tão-somente expressando sua solidariedade aos companheiros em greve, o que denota amadurecimento nas batalhas sindicais, a consciência de que as conquistas de um setor refletem-se, direta ou indiretamente, nas lutas dos demais.

Antes de desencadear o movimento, os trabalhadores em eletricidade e gás procuraram encontrar uma solução imediata para a greve por parte, entrando em entendimentos, terça-feira, dia 8, com o diretor do DNT, sr. Lúcio Gusmão Lôbo.

Na reunião, este fez uma proposta que, embora com restrições, foi aceita pelos trabalhadores: tirar dinheiro do fundo do petróleo para suprir as necessidades daqueles operários. A posição dos trabalhadores, muito mais razoável, era no sentido de tirar dinheiro das tarifas de energia, gás ou telefone.

O diretor do DNT pediu prazo até meia-noite de segunda-feira para solucionar a questão, partindo imediatamente para Brasília a fim de entender-se com o presidente João Goulart.

Paralisação

A paralisação atinge totalmente o serviço de manutenção do gás (mais de 1.000 trabalhadores), o serviço de pessoal e contabilidade — Marquês de Pombal — (cerca de 900), e as oficinas de Triagem (cerca de 1.500 trabalhadores de lixaços cruzados).

Os escritórios centrais da Rio-Light, na avenida Marechal Floriano, cujos servidores nunca haviam participado de um movimento desse porte, estão, pela primeira vez em sua história, com as portas arriadas. Trabalham aí cerca de 3.000 pessoas das quais 80% se encontram ausentes do serviço. Tropas da Polícia do Exército guardam o edifício para prevenir qualquer choque, o que não deixa de ser uma atitude sem razão.

Esses setores que continuam normalmente em serviço são os de fabricação e emissão (distribuição) do gás, e nas usinas de luz.

Esses setores em funcionamento, contudo, estão de sobreaviso, com os trabalhadores aguardando que a solução do problema dos carris seja encontrada até segunda-feira, conforme concertado com o diretor do DNT.

Caso o prazo expire sem atendimento aos trabalhadores, a greve será geral na luz e gás.

novos rumos

Propriedade da EDITORA ALIANÇA DO BRASIL LTDA. Diretor: Orlando Bomfim Júnior. Diretor Executivo: Fragon Carlos Borges. Redator Chefe: Luis Gazzaneo. Gerente: Guttemberg Cavalcanti. Redação: Av. Rio Branco, 257, 17.º andar, sala 1712. Telefone: 42-7344. Gerência: Rua Leandro Martins, 74, 1.º andar (Centro). Endereço telegráfico: NOVOSRUMOS. EDIÇÃO DE MINAS GERAIS. Redação e Administração: Rua dos Carijós, 121, 2.º andar, S/204. Tel. 4-8666 — Belo Horizonte. Sucursal de São Paulo: Rua 15 de Novembro, 228, 8.º andar, sala 527. Telefone: 35-0453. Sucursal do Paraná: Rua José Loureiro, 133 — 3.º andar, sala 311 — Curitiba.

Table with subscription rates: Anual (Cr\$ 1.000,00), Semestral (500,00), Trimestral (250,00), Assinatura Aérea (Anual 2.300,00, Semestral 1.200,00, Trimestral 600,00), Número avulso (20,00), Número atrasado (30,00).

APROVEITEMOS UMA BOA EXPERIÊNCIA

A exemplo do ano passado, PPS (Problemas da Paz e do Socialismo), revista teórica de estudos marxistas e de informação internacional, inicia este mês de outubro a subscrição de assinaturas para 1964. Se você pretende ser bem informado e esclarecido do ponto de vista marxista sobre as transformações do mundo moderno, peça sua assinatura até o fim do ano, beneficiando-se das seguintes vantagens: assinatura: Cr\$ 1.600,00, bonificação: 10% — Cr\$ 160,00.

Você receberá ainda, gratuitamente, os números de outubro, novembro e dezembro, e mais um folheto das edições Paz e Socialismo, 50 até 31 de dezembro de 1963.

Pedidos a H. Cordeiro, rua da Assembleia, 34, sala 304, Rio — Guanabara. Você poderá ser atendido pelo Rembólio.

Nota: Não atendemos mais a pedidos de assinaturas para início em 1963.

Arraes diz que Jango poderá dormir sossegado se ficar ao lado do povo

Recife, 9 (Do correspondente) — O governador Miguel Arraes afirmou, segunda-feira, perante 20 mil pessoas que se concentraram em frente ao Palácio do Governo, em solidariedade à sua posição contra a decretação do estado de sítio, que o presidente João Goulart, se tomar posição ao lado do povo, pode dormir sossegado, porque sabemos defender os atos de S. Exia.

NECESSIDADE DE UNIAO

O governador pernambucano reafirmou sua condenação a qualquer medida de exceção e lançou a posição de exceção e do presidente da República, "que a soberania recuar das suas posições iniciais, na tentativa de recomposição com o povo, que não é contra ninguém, mas contra aqueles que querem retirar suas liberdades".

— "O povo — declarou Arraes — não é senão contra os seus inimigos declarados, os agentes da subversão e da desordem, os agentes dos interesses estrangeiros em nosso País".

Destacou o governador Miguel Arraes o significado que o último episódio da crise brasileira possui: o de uma lição, "a lição da unidade e da organização, que devem estar acima de quaisquer divisões de grupos e de interesses pessoais".

— Esta unidade — afirmou — é que forja a grande corrente de opinião, é que faz vitoriosos, como vitoriosos estamos nessa batalha contra o estado de sítio".

PELAS REFORMAS

Convocando o povo a refletir sobre as consequências da crise, declarou o governador Arraes que o presidente "preferiu dar liberdade ao povo, compreendendo as manifestações que fizemos, mas em compensação aumentará o ódio contra o povo e aumentará as pressões contra as autoridades".

— De agora em diante, o povo unido e organizado, vai exigir e apoiar medidas com a encampação das concessionárias de serviços públicos e monopólio do comércio exterior pelo Governo, para acabar com o furto que se faz à Nação nas transações internacionais, e em que se vêem envolvidos muitos brasileiros indignos de ter nascido neste chão.

UM POVO APTO

O governador Arraes afirmou que o povo "está apto a defender

todas as posições democráticas e progressistas". — Mas para isso — advertiu — é necessário que a nossa arma, a única arma de que dispõe o povo desarmado neste País — a liberdade — seja utilizada através da única forma possível, que é o poder de organização, de união, para protestos por meios pacíficos, como os que têm sido utilizados para se proclamar que quem deseja a desordem não é o povo, pois o povo está ajudando a manter a ordem. A desordem interessa aqueles provocadores contumazes, que desejam a subversão para que um regime de força se estabeleça em nossa terra.

PARA A FRENTE

Proseguiu o líder popular afirmando que, "com a consciência de que estamos certos, não precisamos nos desesperar, mas, serenamente, marchar para a frente em defesa das reitorias e da emancipação do Brasil".

Arraes definiu a legalidade como "um instrumento do povo, da união dos trabalhadores e dos homens progressistas de nosso País". Disse que "hoje existe povo em nosso País e essa é a força maior que impede a entrega das nossas riquezas a grupos estrangeiros e a implantação de um regime de exceção".

Advertindo que a Petrobrás ainda não está consolidada e precisa, mais do que nunca, do apoio popular, e que é necessário o monopólio integral do petróleo, o governador pernambucano afirmou que ainda se conspira, fortemente, contra ela.

INFLAÇÃO É DESESPERO

Em seu discurso, Miguel Arraes referiu-se ao agravamento do processo inflacionário, por causa do qual, disse, as crises vêm enfiando o poder nos Estados, "que já não têm condições de atender, plenamente, às justas reivindicações do funcionalismo nem de defender a economia do povo".

Sublinhou que, se o custo de vida não for estancado, e a inflação objetiva e vitoriosamente combatida, "o povo se pronunciará com mais frequência e as greves se sucederão mais estreitamente, pois os aumentos de salários não correspondem aos índices de elevação do custo de vida".

APELO

Textualmente, o governador Arraes fez um apelo ao presidente da República, declarando: "Digo a sua excelência o que me dizem aqui em Pernambuco os trabalhadores e o povo todo, nas ruas, nos subúrbios, nas fábricas: Presidente, tome posição ao lado do povo e durma sossegado, porque sabemos defender os atos de v. exia".

Trabalhadores Revoltados Exigem Punição Rigorosa Para Assassinos de Ipatinga

Terminou ontem a greve dos operários de Ipatinga, de protesto contra a chacina ocorrida na manhã de segunda-feira última, quando os soldados do destacamento da Polícia Militar daquela cidade mataram seis pessoas e feriram outras 60, na maioria trabalhadores. Os grevistas exigiam a punição dos culpados.

PROVIDÊNCIAS

As medidas para a normalização das atividades naquela cidade foram tomadas em assembleia realizada na tarde de terça-feira, com a presença de autoridades estaduais e líderes sindicais. A partir de ontem, quarta-feira, voltaram a funcionar todas as unidades industriais e os setores administrativos, e reiniciou-se o pagamento dos salários de setembro aos operários da USIMINAS.

Por outro lado, decidiu-se a retirada da Delegacia de Polícia da área da Usiminas. Esta e as demais resoluções foram comunicadas ao governador Magalhães Pinto através de seu secretário de Segurança.

Ainda na terça-feira, líderes operários da Usiminas estiveram com o diretor desta empresa a fim de lhe apresentar três reivindicações: afastamento dos atuais vigilantes envolvidos nos acontecimentos; criação de novo quadro de vigilantes, formado pelos próprios funcionários da empresa; afastamento do Regimento de Cavalaria da PM e sua substituição por policiais de melhor formação.

OS CULPADOS

Uma guarnição da PM do 6º Batalhão de Infantaria foi removida para Ipatinga para substituir o contingente envolvido no monstruoso

massacre de segunda-feira, cujos responsáveis, tendo a frente o capitão Robson Zamprogno e o primeiro-tenente Jurandir Gomes de Carvalho, se acham recolhidos e incommunicáveis em um quartel de Belo Horizonte. O governo do Estado anunciou que serão punidos exemplarmente.

PEDIDO DE CPI

A fim de que os acontecimentos de Ipatinga sejam examinados em profundidade e se apure até onde vão as responsabilidades, o deputado Geraldo Quintão apresentou pedido de constituição de uma Comissão Parlamentar de Inquérito. Por outra parte, o deputado Manoel Costa fez no governo estadual um pedido de informações.

PROTESTO DOS ESTUDANTES

Os estudantes de Engenharia da Universidade de Minas em documento divulgado na terça-feira, manifestaram sua indignação quanto aos "brutais acontecimentos registrados em Ipatinga, em que perderam a vida — por culpa da ação criminosa de soldados truculentos e desumanos — honestos e humildes trabalhadores, uma senhora grávida e uma inocente criança".

Os estudantes exigiram do governador Magalhães Pinto todo o apoio às famílias das vítimas e também a demissão dos assassinos e a demissão sumária dos elementos do serviço da USIMINAS que participaram da chacina.

CARRIS EXIGEM PUNIÇÃO

O Sindicato dos Trabalhadores em Carris Urbanos do

Rio de Janeiro enviou ao governador de Minas o seguinte ofício, assinado pelo presidente daquela entidade, sr. Epifânio de Oliveira Braga: "O massacre cruel, desumano e sobretudo bárbaro dos nossos companheiros metalúrgicos de Ipatinga, neste Estado, quando numa verdadeira demonstração de solidariedade, protestavam contra a demissão injusta de três de seus companheiros, nos leva a crer que o Governador de V. Exa. ainda não compreendeu que, na época atual, não é mais possível que as questões sociais sejam resolvidas sob o fogo da metralha, criminosamente usada pela Polícia deste Estado, sustentada pelo povo para protegê-lo e garantir os seus direitos já consagrados em lei.

"Convém lembrar ainda a V. Exa. — continua — que a classe operária, em nosso País, não tolera mais tais processos, comuns nos Estados fascistas, onde as forças militarizadas são usadas apenas para a defesa das ambições desmedidas dos patrões, que não têm pejo de assassinar trabalhadores, desde que seus lucros fabulosos não sejam sacrificados.

Os trabalhadores em Carris Urbanos do Rio de Janeiro ora em greve, em assembleia geral em seu Sindicato, deliberaram, por unanimidade, guardar um minuto de silêncio em respeito aos companheiros mortos, luto por três dias e protestar contra tais atrocidades, perpetradas contra os companheiros seus metalúrgicos, esperando de V. Exa. que sejam tomadas as providências cabíveis, no sentido de punir os criminosos, e evitar a reprodução de tão vil atentado."

NOTA ECONÔMICA

— José Almeida

"Ajuda" lanque é instrumento de pressão: Bell confessa

Com a brutalidade que caracteriza os padrões imperialistas, o sr. David Bell, alta autoridade do governo norte-americano, diretor da chamada Agência Internacional do Desenvolvimento (AID), declarou que terminou a era em que os Estados Unidos impunham sua política na América Latina através dos fuzileiros navais, os "marines". Acrescentou que os métodos para atingir os mesmos fins devem ser agora outros, a saber, a suspensão da "ajuda" aos países do Continente.

Todos sabemos o que os monopolistas, em geral, entendem por "ajuda" aos países subdesenvolvidos. Nada mais e do que o conjunto de processos, através dos quais os monopolistas procuram consolidar seus interesses nesses países, agravando o grau de dependência econômica e política em que os mesmos se encontram. De toda maneira, a declaração de Bell, na sua rudeza, vem apenas confirmar tudo aquilo que os nacionalistas e democratas sustentam a respeito da cooperação imperialista e seu caráter novo, colonializador. Pois Bell afirma que é por intermédio da "ajuda" que o imperialismo norte-americano impõe sua política aos países "ajudados". Naturalmente não se deve entender que a pressão se exerça simplesmente pela suspensão dos "auxílios". Se fosse apenas isto, o efeito seria o oposto, ao menos para muitos países: além dos países "ajudados" de ficarem livres de tal carga, as implicações daí decorrentes poderiam ser de tal ordem que representariam passos à frente no sentido da emancipação.

No caso do Brasil, por exemplo, uma declaração formal do governo norte-

americano de que não forneceria, em nenhuma hipótese, os habituais empréstimos compensatórios que agrilham e gerariam, como consequência lógica, a manutenção das atividades econômicas; declaração unilateral da moratória, controle total do comércio exterior, intensificação do intercâmbio comercial com aqueles países que não nos impõem condições desvantajosas, busca de ajuda externa — sem quaisquer condições — onde a mesma nos seja acessível, etc.

Infelizmente, porém, não é esse o sentido das palavras de sr. Bell. O que ele deseja dizer é que a "ajuda" é um instrumento ativo de pressão, agravando nossas dificuldades internas, acalmando os grupos retrógrados e alienados, através do subterfúgio da compra de veículos de formação da opinião pública, da organização de sociedades terroristas e de outros processos que o nosso povo já conhece.

Depois destas declarações de sr. David Bell, esclareceu-se autoritadamente o significado da decantada política norte-americana de "ajuda" ao estrangeiro, os mesmos que tiveram retribuída por completo à sua condição de brasileiros podem continuar depositando esperanças em que a solução para os nossos problemas venha por este lado. O sr. Bell põe a questão em termos de soberania — claro que olhando a si e a crisma norte-americana. São nos resta uma opção: olhá-la também em termos de soberania, mas sob o ângulo dos interesses do Brasil.

Que Fazer, no Desdobramento da Crise?

Hércules Corrêa

A crise aguçada pelo pedido de estado de sítio ao Congresso tem sua causa imediata em grupos não controlados com o avanço da democracia. Esses grupos, nos quais se destacam as figuras dos governadores da Guanabara e de São Paulo, não podem continuar impunemente a conspirar contra a efetiva independência econômica do Brasil e a torpedear a reforma agrária e outras de que necessitamos com urgência. Este é um fato que hoje ninguém ignora.

Paralelamente à ação conspirativa da direita, vemos que o povo, em particular a classe operária, já não suporta a carestia nem os efeitos da desvalorização constante do Cruzeiro. O esvaziamento dos salários e a queda vertiginosa do poder aquisitivo dos trabalhadores conduzem inevitavelmente às greves.

Segundo estatísticas oficiais, era prevista uma queda de 28% do poder aquisitivo dos assalariados em fins de 1963. Ora, ainda nos encontramos em outubro, no décimo mês do ano, e a porcentagem prevista já se encontra tremendamente ultrapassada, tendo atingido a 80%.

A alta descompassada dos preços e a desvalorização do Cruzeiro não representam fatos novos. Mas esses dois fatores de pauperismo acuminam-se brutalmente. Já em consequência da alta constante dos preços e da desvalorização da moeda (esvaziamento dos salários) as entidades sindicais haviam passado a

que concentram o fogo de suas baterias contra o sr. João Goulart.

Que fazer, em face do atual desdobramento da crise? Agora compete as forças populares e nacionalistas competem principalmente à classe operária, principalmente defendendo sua própria unidade. Unidos, as forças populares devem intensificar sua luta contra a atividade golpista e todas as provocações de Lacerda e Ademar. Unidas, as forças populares devem exigir do sr. João Goulart medidas de empenhamento dessas vitórias. Para qualquer ação realmente democrática de combate ao golpismo, devem todos os homens do povo e particularmente os operários apoiar com decisão o Governo. Abandonado o sítio, remédio dos doutores das cúpulas, devemos recorrer à ação das massas. Ao mesmo tempo devemos exigir do Governo medidas econômicas concretas contra o imperialismo e o latifúndio e providências as mais drásticas de combate à carestia, com o abandono da prática de se passar a mão pela cabeça dos especuladores. Tem o Governo possibilidade de aplicar, a revelar ou contra a vontade da maioria reacionária do Congresso, medidas administrativas contra a especulação inflacionista, contra a inflação e contra a carestia. Então que se ponha mãos à obra. Unidos, os operários, camponeses, estudantes, militares e parlamentares fiéis ao povo, garantindo condições ao Governo para realizar tudo do que dele esperam os brasileiros.



Corrupção Agrária

São totalmente destituídas de fundamento as notícias, insistentemente veiculadas em órgãos da imprensa (SUPRA), tenha incorrido em erros técnicos quando da demarcação de áreas desapropriadas no Estado do Rio, e que tais erros, sejam responsáveis por injustiças e lesões patrimoniais que levam a iniquização e o desespero aos proprietários fluminenses.

As linhas demarcatorias das desapropriações levadas a efeito pela SUPRA são absolutamente corretas. Na verdade, o que está tumultuando a ação do Poder Público é a campanha obstinada de descrédito e desconfiança com que os velhos privilégios do latifúndio uocoso e egoísta procuram embargar os propósitos do Governo de trabalhar com honestidade e correção pela ideia da Reforma Agrária.

Vêem-se, em jornais, freqüentemente, títulos tais como: "A SUPRA virou depósito de armas", "A SUPRA está financiando guerrilhas interioranas", "A SUPRA é baderna e a subversão". São calúnias desse estio que tentam incompatibilizar o órgão da Reforma Agrária com o opinião sensata e equilibrada do País. Todos os obices se vêm levantando contra a ação da SUPRA. Misteriosamente, velhos latifúndios abandonados, restos imprestáveis de loteamentos desertos transformam-se pela simples ação higienizadora do Poder Público, através de desapropriações inevitáveis, em tesouros valiosos, aos quais a autoridade judicial atribui, desprezando o valor cadastral, preço absurdo.

Basta dizer que para a SUPRA imitir-se na posse de apenas cinco fazendas no Estado do Rio, desapropriadas de acordo com o que determina a Constituição, será necessário depositar, previamente, em dinheiro e à vista, quantia superior a seis bilhões de cruzeiros, o que representa quase 80% do valor cadastral total das propriedades rurais do Estado, quando o Imposto Territorial era de sua competência.

Essa corrupção agrária, insólita, é que leva a iniquização aos proprietários honestos, pequenos, médios ou grandes, não importa, e que, necessariamente, serão beneficiados com a Reforma Agrária. Contra eles é que se dirige a ação mal intencionada da corrupção imobiliária corrosiva. O que pretendem é jogar contra a SUPRA os que trabalham e produzem e que vão ser amparados com assistência técnica, creditícia, sanitária, social pela ação da própria SUPRA.

O que o Governo quer, com a Reforma Agrária, é dar e não tirar terras. A propriedade não é boa nem porque é pequena ou grande. O seu valor está no seu uso adequado, justo, social e humano. Se economicamente inviável, porque muito pequena, a propriedade deve ser arrendada. Se socialmente injusta, porque extensa demais, e aproveitada de menos, ai sim, e somente nesses casos, deve ser repartida e entregue a quem pode e precisa trabalhá-la. É essa a filosofia do Presidente João Goulart com referência à Reforma Agrária. Contra ela, insurgem-se a ganância dos aventureiros e a insensibilidade afrontosa dos que nada querem ceder. Esses interesses e não a SUPRA é que estão tumultuando o Interior do Brasil e comprometendo o seu progresso.

a) JOÃO PINHEIRO NETO — Presidente da SUPRA

Recebemos com pedido de publicação as seguintes notas:

"Os comunistas do Santo André tornam público que o sr. Jurandir Alecio, vereador neste município, não mais pertence às fileiras do movimento comunista, não podendo, portanto falar em nome deste."

"Os comunistas de Montes Claros, Minas Gerais, tornam público que o sr. Porfirio Francisco de Souza não mais pertence às suas fileiras, não podendo falar pois em nome destes."

Assembleia da FMP do Meier

Realiza-se amanhã, dia 11, às 20h30m, na rua Tenente Cerqueira Leite, 15, sala 202 assembleia da Frente de Mobilização Popular do Meier. Para o ato estão sendo convidados todos os associados e patriotas em geral.

São Paulo: forças populares festejam vitória contra sítio

"Comemorando a vitória das forças populares, nacionalistas e democráticas contra o estado de sítio, declaramo-nos dispostos a marchar ao lado de V. Exa. pela imediata reforma ministerial, para que sejam efetivadas as reformas de base e pela punição dos conspiradores Ademar de Barros e Carlos Lacerda." Essa foi a mensagem ao presidente Goulart, aprovada na concorrida e entusiasmada reunião pública promovida por parlamentares, líderes políticos, sindicais, estudantis e camponeses, efetuada na última segunda-feira, na sede do Sindicato dos Metalúrgicos. A convocação do ato, decidida na assembleia intersindical do dia 6, tinha como objetivos forçar o governador Ademar a ceder às justas reivindicações dos grevistas ferroviários e funcionários do DAB e do DER (na ocasião em que se realizava a reunião eles já estavam vitoriosos), tomar medidas em defesa das liberdades públicas ameaçadas com o pedido do estado de sítio e contra os conspiradores chefiados por Ademar e Lacerda.

MESMO SEM JANGO

Um dos oradores da assembleia, que teve como presidente Benedito Nicotero Filho, presidente da UEE, o secretário do Sindicato dos Têxteis, Luiz Firmino de Lima, depois de destacar a importância vitória dos grevistas que "quebraram de uma vez por todas a arrogância do gorila Ademar, pois até os dias de greve o governo terá que pagar", disse que o presidente Jango tem tudo nas mãos, para fazer as reformas de base. Basta que se apóie no povo. Porém, se o presidente continuar conciliando com os imperialistas e os latifundiários, as reformas serão feitas pelo povo, mesmo sem o presidente da República.

ERRO TENEBROSO

O deputado estadual Chopin Tavares de Lima, do PDC, declinando a sua condição de cristão, afirmou, depois de recordar a sua luta na assembleia contra os golpistas, referindo-se à necessidade das reformas de base: "Esta estrutura é anticristã, é contra a família", destacando a seguir que se congratulava "com a vitória da classe operária e das demais forças populares, pela vitória da legalidade, nesse processo da revolução brasileira pela nossa independência política e econômica". O deputado Cid Franco, do PSB, iniciou seu discurso, recordando os males que os governadores Ademar e Lacerda vêm causando ao Brasil, como serviais dos trustes estrangeiros. Referiu-se às ameaças feitas através da televisão pelos dois governadores contra o governo federal e as instituições democráticas, como fora o caso dos 60 mil homens arma-

dos de Ademar e a afirmação de Lacerda de que o Presidente iria cair. "Por isso, explicou, quando do pedido do estado de sítio, pensei com meus botões: 'Puxa, que bom! Lacerda e Ademar agora vão ser punidos exemplarmente!' Confesso entretanto o sr. Cid Franco: 'Que erro tenebroso o meu. Pensei que num regime capitalista o estado de sítio iria contra os capitalistas'".

Proseguiu: "Em Minas, mesmo sem estado de sítio, o honrado, o bem vestido, o engraxado governador Magalhães Pinto mandou a sua polícia massacrar os operários da USIMINAS. Entre os 7 mortos e as dezenas de feridos, não havia nenhum colega de Ademar, de Lacerda e nem do nobre governador Magalhães Pinto".

NINGUÉM É BOM COM DITADURA

Falou também o promotor Público Darci Passos. Inicialmente sobre a isca atraente que representava o pedido do estado de sítio, com o pretexto de acabar com os gorilas. Entretanto, devido ao esclarecimento e à organização crescente do povo, a isca não foi mordida. Lembrou o quanto desenvolveram-se as organizações camponesas, "que até bem pouco tempo contavam com apenas alguns mártires", as lutas da classe operária, as lutas da classe trabalhadora, o chamado Movimento Sindical Democrático entre cada vez mais isolados, a combatividade da UNE, da FPN, da FMP, dos bravos sargentos, dos intelectuais etc.

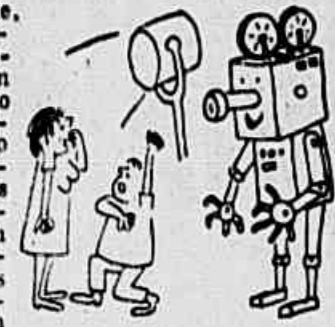
Concluindo, afirmou: "Essas forças, interessadas no desenvolvimento econômico, político e social de nossa Pátria, já sabem que nenhum governo, nenhum homem, nenhum político, ninguém é digno de, com autoridade absoluta, merecer a confiança da Nação e do povo".

MARIPOSAS DE S. PAULO

Usaram ainda da palavra Lindolfo Silva, presidente da ULTAB, Miguel Pereira Lima, presidente do Sindicato dos trabalhadores em Material Plástico, Francisco Molina, vice-presidente da Associação dos Servidores Públicos e Zulmira Pasquini, da Federação das Mulheres. Encerrando o ato, o presidente da UEE, Benedito Nicotero, falando em nome da União Nacional dos Estudantes destacou que os universitários, ao lutar ao lado do povo, não fazem nenhum favor, pois se tinham o privilégio de estudar, isso acontecia devido aos impostos pagos por esse mesmo povo. Referindo-se à Aliança para o Progresso, caracterizou-a como a responsável pela existência das 7 "republicanas da banana". Ao final do ato, foi aprovado um protesto contra o massacre dos trabalhadores da USIMINAS.

ESTÚDIO MODERNO

Foi inaugurado na cidade de Sofia, capital da Bulgária, um grande estúdio cinematográfico...



DESENVOLVIMENTO

Em 30 dias, produz-se atualmente na República Popular da Coreia...

TELECOMANDO

A implantação do progresso técnico na indústria petrolífera rumena...

CULTURA RADIOATIVA

Nas águas do manancial existente nas proximidades da cidade de Kmelnik...

SAÚDE NA RDA

Nos primeiros seis meses do ano de 1963, o número de doentes na República Democrática Alemã...

RECONSTRUÇÃO

Realizam-se em toda a Polónia intensos trabalhos de reconstrução e conservação dos monumentos históricos...

PRÉ-FABRICADOS

Um novo elemento para a construção de pré-fabricados foi elaborado por um grupo de engenheiros...

Povo da Venezuela em Luta Contra Ditadura Betancourt

Recrudescer a violência na Venezuela, fruto dos atos governamentais e tentativas...

de outras naturezas marcaram a réplica ao sangüinário governo de Betancourt...

humanos, com respeito plenos à Constituição para todos; — ampla anistia para todos os presos civis e militares;

DITADURA

O governo de Betancourt, fantasiado de democrata pelos fariseus defensores da "democracia representativa"...

Os direitos consignados na Declaração Universal dos Direitos do Homem são violados a cada instante pelo governo...

CONTRA VIOLENCIA

Há três anos vem sendo a Venezuela sacudida por movimentos de extrema violência...

CAMINHO DA PACIFICAÇÃO

As forças democráticas e populares não interessam a continuação de tal clima. Lutam, por isso, também, pela pacificação...

FRENTE UNIDA

O problema venezuelano, em toda sua dramaticidade, expressa fundamentalmente nas violências cidadãs...

Prova recente disso, da decadente ingerência norte-americana nos negócios internos da Venezuela...

Por isso, também na Venezuela, o centro da luta das forças patrióticas e democráticas é a constituição de uma poderosa frente unida...

CABEÇA-DE-PONTE

Portugal afinal confessa que parte do território de Angola está ocupado pelas forças de libertação...

O PÉSO DA LIBERDADE

Ultimamente, os habitantes do mundo ocidental andam com a mania de escolher a liberdade...



ADENAUER FALA DEMAIS

Adenauer anda falando muito. Val deitar a chancelaria de Bonn e quer aproveitar o tempo...

OS DOIS NUS

A sra. Nhu faz lembrar muito um certo governador. Anda falando com bastante frequência à imprensa norte-americana...

ONDE ESTÁ O MURO

Novas restrições estão sendo impostas aos jovens norte-americanos que tiveram a ousadia de visitar Cuba...



NÃO EMBARCO NESSE

Anda às turras, nos Estados Unidos, o Tribunal Federal de Compras e a NASA...

LIVRE EMPRESA

Cento e cinquenta mineiros franceses estão há vários dias vivendo no fundo de uma mina de Verméle, para impedir seu fechamento...



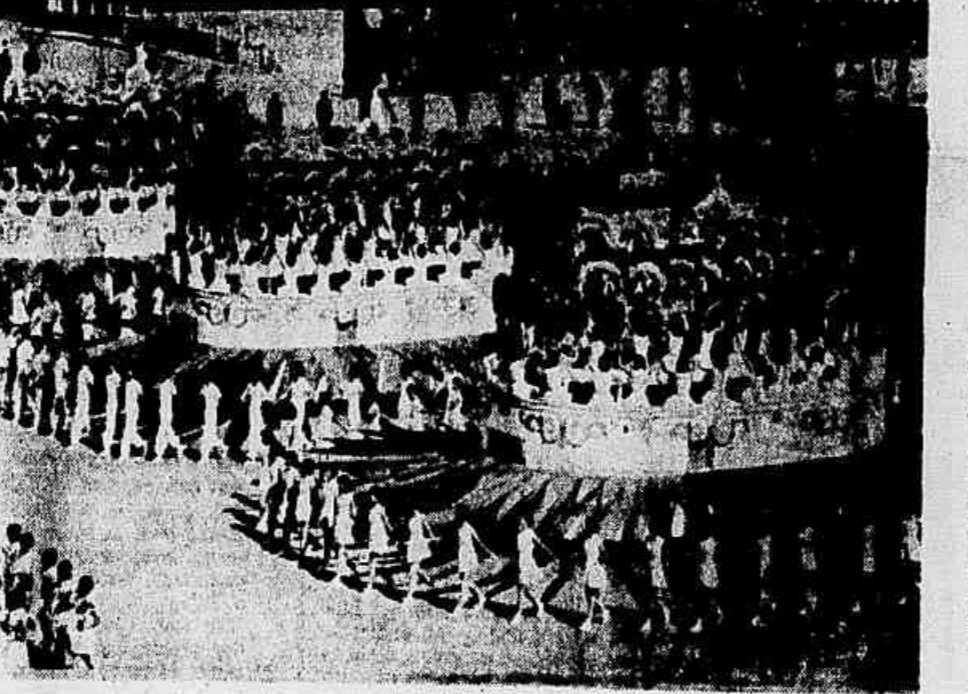
PPS

- Número de julho/1963
revista teórica de estudos marxistas e de informações internacionais
Os comunistas e a democracia: PPS apresenta o final desse valioso debate...

Revolução chinesa

faz 14 anos

A 1º de outubro comemora-se uma das datas de maior relevo na história da humanidade. Há 14 anos, um país marcado pela mais dolorosa miséria...



nr internacional

A crise na América Latina

Não há mais dúvida que, na América Latina, a tão decantada democracia representativa está em séria crise.

Essa efervescência social tem sido então o pretexto para os gorilas militares e civis dos países latino-americanos.

tados Unidos. Perguntava ele, já sugerindo a resposta, se é possível negar que os presidentes Bosch e Villeda Morales foram incapazes de fazer frente à supremacia ameaçada...

Truste Canadense do Alumínio Prejudica Capital Nacional em Poços de Caldas

Texto e fotos de Vicente de Abreu

ALCAN Divide Com Grupo Paulista Produção Brasileira de Alumínio

Apenas duas empresas fabricam hoje alumínio primário no Brasil: a Alumínio Minas Gerais, do grupo ALCOA, e a Companhia Brasileira de Alumínio, do grupo Votorantim. A primeira está localizada em Saramenha, Ouro Preto, Minas Gerais, sob controle canadense desde 1950; a segunda, instalada em Sorocaba, São Paulo, foi inaugurada em 1955, por iniciativa do sr. José Ermírio de Morais. Ambas dominam também o setor de transformação de produtos acabados para o consumo.

A Aluminas possui mineração, fábrica de alumina e fábrica de alumínio primário em Saramenha,

enviando para a Alumínio do Brasil, sua associada em São Paulo, o metal em lingotes, que é transformado ali em todo gênero de produtos. A fábrica da Companhia Brasileira de Alumínio de Sorocaba é integrada, só importando a bauxita de Minas, com a qual obtém o metal primário e o transforma em produtos acabados.

PRODUÇÃO

A soma da produção de alumínio da Aluminas e da CBA corresponde à produção total brasileira. Em 1962, a produção nacional de alumínio foi de 35.400 toneladas, sendo

necessária a importação de 11.600 toneladas do metal para suprir o consumo.

No mesmo ano, a Aluminas produziu 13.400 toneladas e a CBA 22 mil, e o consumo nacional subiu para 46.900. É o «deficit» existente, coberto pela importação e pela ampliação gradativa das duas usinas, que a fábrica que a ALCOA instala agora em Poços de Caldas visa cobrir, quebrando o equilíbrio entre as duas empresas e passando a dominar o mercado consumidor brasileiro, além de suprimir as condições para a implantação de indústrias novas de alumínio no Brasil.

Depois de aplicar um «dumping», logo depois de terminada a Segunda Guerra Mundial, contra a Eletro Química Brasileira, que em 1945 havia feito a primeira corrida de alumínio primário no Brasil, obrigando o falecido engenheiro Américo René Giannetti a desistir de sua iniciativa pioneira em Ouro Preto, o grupo canadense ALCAN, que faz parte do consórcio ALCOA e que adquiriu o controle da empresa de Saramenha, sob o nome de Alumínio Minas Gerais, iniciou a instalação de outra fábrica de alumínio, associada à Hanna e à Byington, em Poços de Caldas, onde estão as maiores reservas brasileiras conhecidas de bauxita, visando suprir o mercado consumidor brasileiro, ainda dependente da importação.

A ALCOA, que divide com o grupo Votorantim, do sr. José Ermírio de Morais, a produção de alumínio no Brasil, pretende agora o domínio do mercado brasileiro, fornecendo o metal primário fabricado em Saramenha e Poços de Caldas à Alumínio do Brasil, indústria de transformação que tem em Utinga, São Paulo, e impedindo ainda a instalação, feita por grupos brasileiros, naquela região e no município do Sêro, de novas indústrias de alumínio.

ALUMINAS Nasceu de um «Dumping» Contra Giannetti em Saramenha

A Aluminas instalou-se em Minas através de um «dumping», aplicado contra a Eletro Química Brasileira, fundada pelo falecido engenheiro Américo René Giannetti, que foi também prefeito de Belo Horizonte. Giannetti instalou a fábrica em Saramenha, Ouro Preto, devido a ocorrência ali de reservas consideráveis de bauxita. De 2.500 toneladas nominais de capacidade de produção, a instalação da fábrica foi possível quando ocorreu a escassez do metal no mercado internacional, devido a Segunda Guerra Mundial. A primeira corrida deu-se em março de 1945 e já em 1947 a fábrica estava fechada, depois de ter produzido, em dois anos de funcionamento, cerca de 800 toneladas de alumínio. Através de regalias conseguidas da SUMOC, o grupo canadense abarrotou o mercado brasileiro de alumínio, oferecendo o metal a preços bastante inferiores aos que a Eletro Química Brasileira estava em condições de oferecer. Foi o fim.

Desde 1950, o fábrica de Saramenha pertence ao grupo canadense, sob o nome de Alumínio Minas Gerais — Aluminas.

EXPORTAÇÃO PARA SÃO PAULO

A Aluminas utiliza, para fabricação do alumínio, o processo da eletrólise, que compreende os estágios: extração da bauxita, em quatro minas perto de Ouro Preto; preparação da alumina; sua redução eletrolítica, ou transformação em alumínio. Este, é transferido, em lingotes, para a fábrica, subsidiária, em Utinga, São Paulo, onde é transformado em produtos de consumo. Várias vezes já, a empresa foi convocada a instalar em Minas uma indústria de transformação mas, sob a alegação de que 80 por cento do mercado consumidor brasileiro está em São Paulo, vem fugindo à implantação da manufatura total do alumínio no Estado, o que traria consideráveis rendimentos para o povo e o governo mineiro.

PLANOS DE EXPANSÃO

A Aluminas tem instaladas, na chamada Redução I, 44 células, de 25/28 mil amperes, com capacidade nominal

de 2.500 toneladas por ano, e na Redução II 80 fornos de 53 mil amperes, com capacidade nominal de 10.900 toneladas por ano. Seus planos de expansão prevêm, para este ano e 1964, a montagem de mais 40 fornos na Redução II, cujas instalações terão, no final, 120 fornos, com 53.000 amperes, e produção anual de 16.300 t.p.a. Estas, somadas às 2.500 t da Redução I, totalizarão 18.800 t. anuais, sendo que a alumina necessária para essa fase será obtida por um aumento da fábrica de alumina de Saramenha, que deverá então fabricar 40 mil toneladas por ano. A ampliação das instalações vem sendo feita e, agora, cuida-se da construção de uma nova fábrica de alumina, além das primeiras salas de fornos de uma nova redução, de número III, em Poços de Caldas, numa inversão calculada em Cr\$ 15 milhões.

ENERGIA (BARATA) DA CEMIG

O alumínio, produzido por eletrólise, requer o emprego



Apenas uma rua

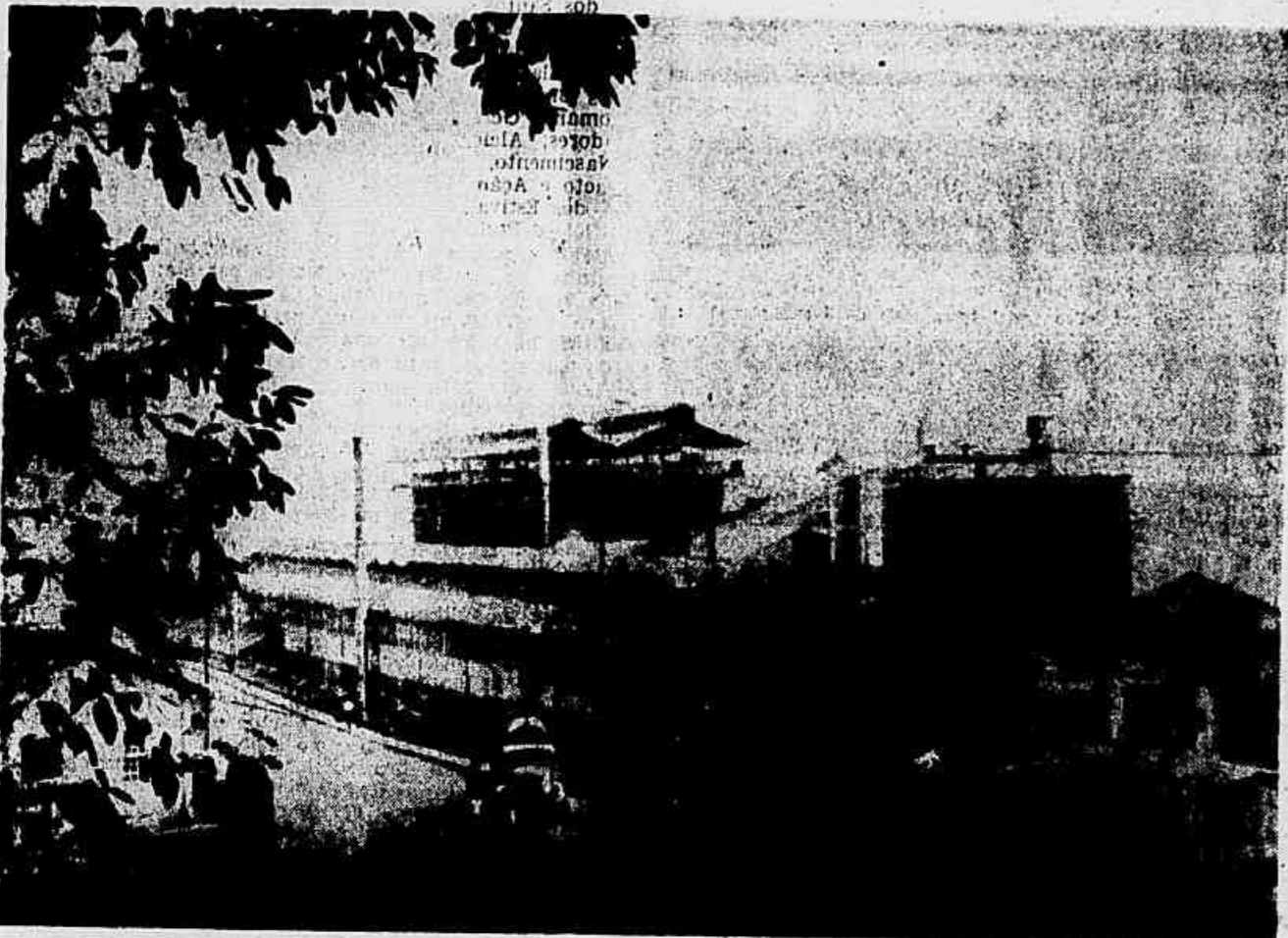
Hoje, apenas uma rua lembra o engenheiro Américo René Giannetti em Saramenha.

de grandes quantidades de energia elétrica. A Aluminas começou gerando sua própria energia mas, hoje vai passando cada vez mais a consumir a energia fornecida, a baixo preço, pela CEMIG. Atualmente, emprega cerca de 40 por cento do total de seu consumo de energia da CEMIG, que lhe fornece cerca de 1/3 de sua produção total, à razão de Cr\$ 1.70 por Kw. hora, inclusive impostos. Este ano, prevê-se o consumo de 40.200 Kw. na indústria e, apesar da empresa ter um plano de instalação de usinas hidrelétricas, seus diretores acreditam que elas não virão, muito provavelmente, a ser feitas, continuando assim a depender, cada vez mais, da CEMIG. De qualquer maneira, as concessões hidrelétricas estão em suas mãos, para as eventualidades.

CONDIÇÕES DE TRABALHO

Em Saramenha, trabalham cerca de 2 mil operários, recebendo os salários da região ou pouco mais. O trabalho de mineração da bauxita, na superfície e a céu aberto, é todo braçal, não mecanizado, porque a mão-de-obra é barata, não justificando, segundo os diretores da Aluminas, a inversão em máquinas e escavadeiras. A região de Ouro Preto é uma zona dominada pelo subemprego, com grande oferta de mão-de-obra e poucas possibilidades de trabalho. A empresa mantém, numa localidade vizinha, Minas Novas, numa plantação de eucaliptos que fornece lenha para seus fornos, trabalhadores ganhando Cr\$ 150 por dia, assim mesmo quando há trabalho.

A situação dos operários de Saramenha dentro da fábrica é de instabilidade: a empresa não permite ao empregado completar os anos de serviço necessários a garantir sua estabilidade. Além disso, impede que ele se associe num sindicato, a fim de defender seus direitos. 40 operários foram despedidos, certa vez, porque queriam se sindicalizar. Apenas 150 operários da Aluminas fazem parte do Sindicato dos Metalúrgicos de São Julião. Os recursos utilizados para isso vão desde as perseguições e ameaças até os processos mais sutis, como o envolvimento do operário através do capataz e outros serviços. Funciona também na fábrica, pressionando o trabalhador, uma polícia secreta. Fora, apenas uma minoria, geralmente constituída de trabalhadores especializados, tem moradia, enquanto a maioria mora em Ouro Preto, distante 20 minutos de ônibus.



DIVIDE

A Aluminas divide com o grupo do sr. José Ermírio de Morais a produção de alumínio no Brasil.

Nova Fábrica Vai Dar à ALCAN Domínio do Mercado Brasileiro

A ALCOA já tentou, em 1957, a instalação de uma fábrica de 20 mil toneladas para abastecer o mercado nacional. A iniciativa, porém, não foi levada adiante porque seria preciso importar alumina, pois não havia bauxita conhecida na zona indicada, no interior da Bahia, e não era recomendável a instalação de uma fábrica de alumina sem bauxita em quantidade suficiente nas proximidades. Previa-se a importação de alumina da Jamaica nos primeiros anos e, depois, a fábrica se abasteceria em Poços de Caldas. O Governo, no entanto, foi contra a importação de bauxita.

NOVA INICIATIVA

Em 1961, foi noticiado que um grupo, formado pela ALCOA, fornecendo «know-how», à Hanna, entrando com parte do capital, e a firma Byington, brasileira, participando com as reservas de bauxita da Companhia Geral de Minas, iria instalar em Poços de Caldas uma fábrica de

20 mil toneladas por ano, para suprir o mercado nacional, usando a bauxita da região e a energia da Usina de Furnas, a ser obtida através da CEMIG. A Hanna encarregou-se da prospecção nos terrenos da Byington, verificando a existência de 10 milhões de toneladas de bauxita, e a ALCOA solicitou à CEMIG a quota de 100 mil kw, iniciando as obras em meados deste ano, conforme informou o sr. Paulo Egidio Martins, da empresa americana, por ocasião da realização, na Capital, da VI Conferência de Comércio Exterior, promovida pela Associação Comercial de Minas. Inicialmente, a construção constará de uma nova fábrica de alumina e das primeiras salidas de fornos de uma nova redução, de número III, numa inversão total de Cr\$ 15 bilhões. A instalação da indústria visa suprir o mercado consumidor brasileiro, reduzindo a zero o nosso «deficit» em alumínio, que vem sendo importado, mas vai quebrar o equilíbrio existente entre a CBA e a Aluminas, criando condições para o

domínio pela segunda do mercado brasileiro.

PREJUÍZOS

A iniciativa vem prejudicar a montagem de uma fábrica de alumínio na região, pelo grupo Barbara-Valdez, dos transformadores de alumínio do Rio e São Paulo, e na região do Sêro, pela família Patruz de Souza, já que não se justifica a instalação de novas indústrias de alumínio para um mercado auto-suficiente. Resta então o recurso da exportação, mas este é de difícil aplicação no caso do Brasil, pois o mercado é competitivo e há, atualmente, no mundo, para um consumo de 4 milhões de toneladas de alumínio, uma disponibilidade de 6 milhões instaladas. O grupo Barbara-Valdez já vem mantendo negociações para o financiamento das máquinas pelo governo polonês, a ser pago com remessas de bauxita, sendo provável ainda a sua associação com a família Patruz de Souza. A inversão total irá a Cr\$ 35 bilhões.



POUCAS CASAS

Apenas trabalhadores especiali-

zados habitam a vila operária — de poucas casas — de Saramenha.

Gigantesca Manifestação em Salvador Comemora 10º Aniversário da Petrobrás

Dezenas de milhares de habitantes de Salvador aludiram às ruas desta Capital para comemorar o 10º aniversário da Petrobrás, transcorrido a 3 de outubro último. Foi, realmente, um espetáculo impressionante o desfile dos capacetes metálicos da grande empresa estatal, a que se seguiu um comício-monstro, no Campo Grande, diante de uma torre de petróleo de proporções naturais, e no qual usaram da palavra líderes de projeção nacional, como o governador Miguel Arraes, o dirigente do CGT, Osvaldo Pacheco, o presidente da UNE, José Serra, além do general Albino Silva, presidente da Petrobrás, o governador Lomanto Júnior, o prefeito de Salvador, Virgildásio Sena, o diretor da Petrobrás, Jairo Faria, e ainda outros oradores, representando os operários de Mataripê e dos cam-

pos de petróleo do Recôncavo baiano. Estima-se, em Salvador, que depois da concentração religiosa do "Rosário em Família", foi esta a mais concorrida demonstração popular verificada na histórica cidade. Basta dizer que a coluna compacta de manifestantes desdobrava-se, sem solução de continuidade, laçada por milhares de pessoas que se postavam nas calçadas, dos dois lados das ruas percorridas, desde a Praça da Sé até quase o início da avenida Sete de Setembro.

ENTUSIASMO

Traço marcante das comemorações populares do 10º aniversário da Petrobrás foi o entusiasmo das manifestantes que, em todo o percurso, davam vivas ao mo-

nopólio estatal, nos êxitos magníficos alcançados no primeiro decênio da empresa e, também, exprimiam suas reivindicações de encampação imediata da refinaria de Capuava, como primeiro passo para a completa integração do monopólio estatal do petróleo. A frente da coluna, da qual faziam parte personalidades como o governador e o vice-governador da Bahia, o presidente da Petrobrás, parlamentares e outros, marchavam o prefeito Virgildásio Sena, Osvaldo Pacheco e o professor Francisco Mangabeira, especialmente convidado para as festividades pelos trabalhadores da empresa. A presença de Pacheco era assinalada com vivas e saudações ao Comando Geral dos Trabalhadores e à unidade, à combatividade e à disposição da luta da classe operária.

MAIS DE 200 FAIXAS

Com dizeres expressivos, mais de 200 faixas foram carregadas pelos manifestantes. "Os petroleiros exigem a reforma agrária", "Encampação de Capuava", "Tudo de Petróleo para a Petrobrás", "Os petroleiros estão com a CGT" — eis alguns dos dizeres constantes das faixas e cartazes. Grupos de moças universitárias, uniformizadas, cantavam uma marcha alusiva aos feitos da Petrobrás e exigindo a integração total do monopólio estatal do petróleo.

SOLIDARIEDADE

Momentos emocionantes do desfile ocorreram quando os manifestantes passavam em frente a seus colegas bancários. As manifestações, após uma luta firme e prolongada, obtiveram algumas de suas reivindicações e tal fato era assinalado com saudações recíprocas entre bancários e manifestantes.

O COMÍCIO

Depois de percorrerem as ruas da Misericórdia e Chile, a Praça Castro Alves, Ladeira de S. Bento e boa parte da Avenida Sete de Setembro, os manifestantes concentraram-se diante da torre metálica de 90 metros de altura, montada pelos engenheiros e operários da empresa no Campo Grande, em frente ao Teatro Castro Alves.

Iniciando o desfile de oradores, falou o prefeito de Salvador, engenheiro Virgildásio Sena que, entre outras coisas, declarou que se o presidente João Goulart quiser, realmente, ser o herdeiro do ex-presidente Vargas, será de decidir-se, urgentemente, ao lado do povo, no sentido de realizar as reformas estruturais, que são hoje o anseio mais autêntico das grandes massas da população do País.

Falou, depois, o general Albino Silva, presidente da Petrobrás. Acolhido com aplausos pela multidão, onde se distinguem pelo número excepcional os capacetes dos operários de Mataripê (refinaria) e da Região de Produção (extração de petróleo), o general Albino foi, porém, interrompido sucessivas vezes pelos presentes que exigiam dele uma tomada categórica de posição em favor da imediata encampação de Capuava. O dirigente principal da empresa, embora declarando-se favorável à medida — que, como destacou, está no texto mesmo da Lei 2.004 — achava, todavia, que a oportunidade de sua adoção deveria ficar exclusivamente a critério do presidente da República. Os trabalhadores, porém, que já depunham por unanimidade pela encampação imediata da refinaria, que é um monopólio privado, como também denunciou o general Albino Silva, insistiam num coro de mil vozes: "Queremos Capuava!" e gritavam cadenciadamente: "Ca-pu-a-va, Ca-pu-a-va!"

PACHECO, JAIRO E JOSÉ SERRA Já se havia iniciado o comício, quando um poderoso brado de entusiasmo emergiu da multidão. Era o governador Miguel Arraes que chegava ao palanque dos oradores. Prolongadamente ovacionado pelo povo, que gritava "Arraes — 65!", o governador de Pernambuco, já tendo na cabeça o capacete de petroleiro, que lhe foi oferecido

por um dos trabalhadores da empresa, respondeu com largos acenos, de mão às acimações populares. Foi, realmente, caloroso e expansivo este primeiro contato entre o governador Arraes e as massas populares da Bahia. Pouco depois, durante o importante discurso que pronunciou e que reproduzimos em outro local desta edição, voltariam a renovar-se as manifestações de regozijo e aplausos aos presentes.

Um dos oradores, mais aplaudidos foi o líder do CGT, Osvaldo Pacheco, que em discurso de cerca de 30 minutos expôs o pensamento da mais alta liderança sindical brasileira a respeito dos problemas que preocupam os operários da Bahia e do Brasil. Manifestando pontos de vista idênticos aos dos petroleiros a respeito dos problemas específicos dessa área de atividade, Pacheco fez, também, uma exposição sobre a situação política no Brasil, a necessidade urgente da realização das reformas de base, acentuando a necessidade de as massas trabalhadoras e populares pressionarem os poderes da República no sentido de obter as referidas transformações. O mesmo tema, na véspera, fora desenvolvido por Osvaldo Pacheco na grande concentração realizada, na concentração acústica da Refinaria de Mataripê, em homenagem ao diretor da Petrobrás e ex-superintendente daquela unidade, sr. Jairo Farias.

No comício do Campo Grande, o sr. Jairo Farias foi também um dos oradores mais aplaudidos, sobretudo pelas tomadas de posição inequívocas em torno dos problemas que mais preocupam os petroleiros. Entre estes, figura a exigência da encampação de Capuava.

Merece, igualmente, destaque, pelo calor popular com que foi assinalado o discurso do presidente da União Nacional dos Estudantes, acadêmico José Serra. Insistiu ele na unanimidade de opiniões existentes, entre os estudantes brasileiros e trabalhadores, os militares e os nacionalistas — dentro os quais fez referência especial aos sargentos, condenando o posicionamento do general Perillo — os parlamentares nacionalistas e todas as forças que se empenham na conquista das reformas de base.

Durante a manifestação, usaram, ainda, da palavra, o governador Lomanto Júnior o deputado Diógenes Alves, o deputado Mário Lima, presidente do Sindicato dos Trabalhadores em Refino e encerrando, o sr. Francisco Mangabeira, que, foi muito aplaudido pelos presentes.

O POLITICO OPERARIO... é um tribuna do povo. Para, conduzir-se apriimora seus conhecimentos através de bons livros e da prática social — Nós lhe oferecemos o que de melhor existe em livros marxistas e nacionalistas. Solicite nossos catálogos.

AGENCIA INTERCAMBIO CULTURAL Rua 15 de Novembro, 228-2º a/209 SAO PAULO

Mas, Ainda?

Dizia o velho Voltaire que um homem honesto nunca se espanta. A frase é boa, bom o que ela quer dizer, mas honesto ou não, é impossível ao homem deixar de se espantar com casos como este: a polícia de S. Paulo apreendeu em duas ou três livrarias alguns exemplares da coleção "Cadernos do povo" que a Editora Civilização Brasileira está publicando e que vem constituindo sucesso pelos assuntos abordados. Enio Silveira, diretor da Civilização Brasileira, mandou uma carta ao secretário da Segurança Pública — general Aldélio Barbosa Lemos — protestando pelo fato, sobretudo porque só naquele Estado a polícia resolvera interferir na venda desses livros que correm hoje livremente todo o País. Claro que Enio Silveira estava com todo o direito e sua carta é enérgica, mas polida. Pois bem. O general, ao pé da carta, escreveu com sua letra isto: "Desentranhe, se dos autos a presente carta e devolva-se ao safarado signatário. Que o crápula engula as injúrias em pensamento, pois repugna-me a ação contração de tal maneira viloso". Que tal? Não lhes parece digno de espanto que um general do Exer-

cito escreva em tão poucas linhas tanta barbaridade? Para começar do começo, não lhes parece de espantar que numa hora como esta ainda haja polícia capaz de apreender livros? Baseada em quê? Não é este País regido por uma Constituição? Continua o problema da cultura, uma questão de revólver e de polícia neste País? O editor não tinha garantido por leis o direito de protestar e de exigir a devolução dos livros apreendidos? Sua carta era insultuosa, maliciada, grosseira? As respostas a essas perguntas são simples e claras. Li a carta de Enio Silveira, que nada tinha de agressiva. Uma carta de homem defendendo seus direitos de homem e de negociante. Mas a resposta é tão brutal, tão indigna de um general — afinal um general tem, por obrigação, ser digno não apenas pelos galões mas pela idade — como alguns generais desconhecem essa obrigação... e também pela dignidade que é imposta ao homem para ser gente. Isso aconteceu em S. Paulo nos dias que correm, com Admar de Barros no governo. Voltaire era nos perdes; mas tudo isso e ainda de espantar...

Alagoas: Manifesto em Defesa do CGT e Contra Golpistas

MACEIÓ (Do correspondente) — Solidariedade integral com o Comando Geral dos Trabalhadores; denúncia das manobras contra a vigência do sistema de colegiado adotado na administração dos institutos de previdência social; reafirmação de defesa intransigente das reformas estruturais e uma posição de alerta ante a ameaça de instauração do estado de sítio no País — eis as decisões tomadas pela Federação dos Trabalhadores na Indústria, pelo Comando Geral dos Trabalhadores e pelo Pacto de Unidade e Ação do Estado de Alagoas.

Em manifesto dirigido aos trabalhadores, às autoridades e ao povo de Alagoas, as três entidades operárias conclamam a classe a realizar assembleias permanentes nos sindicatos, a fim de, assim, preparar-se para a luta em defesa das liberdades democráticas e das garantias constitucionais, a visada o "que não aceitaremos nenhum retrocesso reacionário nas conquistas do povo brasileiro".

O MANIFESTO

A íntegra do texto do manifesto da FTI, CGT e PUA de Alagoas, acompanhado de todas as assinaturas dos representantes e dirigentes dessas entidades, é a seguinte:

"AOS TRABALHADORES, AS AUTORIDADES E AO POVO ALAGOANO!

A FEDERAÇÃO DOS TRABALHADORES NAS INDÚSTRIAS NO ESTADO DE ALAGOAS (FTI), O COMANDO GERAL DOS TRABALHADORES (CGT), O PACTO DE UNIDADE E AÇÃO (PUA) e demais entidades sindicais, vêm a público, ante a grave situação nacional, proclamar o seguinte:

- 1) Solidarizar-se com o "COMANDO GERAL DOS TRABALHADORES" contra a campanha que vem sofrendo por parte dos grupos reacionários, informados com a firmeza desta entidade na luta em defesa dos interesses dos trabalhadores;
- 2) Denunciar as manobras que se vêm realizando para a extinção do sistema colegiado na administração nos institutos de Previdência Social, declarando que as conquistas dos trabalhadores são irreversíveis;
- 3) Declarar-se mais uma vez na luta consequente pelas reformas de base que almeja e necessita a nossa Pátria;

4) Apoiar a causa justa dos sargentos das gloriosas Forças Armadas e Milícias Estaduais, apelando para que o Congresso Nacional reforme a Constituição, permitindo a elegibilidade de todos os brasileiros;

5) Manter-se em Estado de Alerta, conclamando a todas as organizações sindicais a realizarem assembleias em defesa das liberdades democráticas e das garantias constitucionais, advertindo que não aceitaremos nenhum retrocesso reacionário nas conquistas do povo brasileiro".

Assinam o manifesto as seguintes entidades, através de seus líderes: Joel Joaquim dos Santos, presidente da Federação dos Trabalhadores em Alagoas; Alan Rodrigues, presidente do Comando Geral dos Trabalhadores; Alcides Correia do Nascimento, presidente do Pacto e Ação e do Sindicato dos Estiladores; Rubens Colaço Rodrigues, Sindicato dos Rodoviários; Ivãnio Cunha, Sindicato do Petróleo; Milton Gomes Moraes, Sapateiros.

Sindicato dos Empregados em Hotéis; Nilson Miranda, Sindicato dos Radialistas; Luiz Gonzaga Alves, União dos Portuários do Brasil; Roland B. Benamor, Sindicato dos Bancários, Paulo Santana, Sindicato dos Grafeiros; Mário Correia da Silva, Sindicato dos Arrumadores; José Gomes, Delegado do Sindicato dos Ferrovieiros; José Viana, Sindicato dos Alfaiates; Manoel Matias, Sindicato do Oleo; Francisco Claudino, Sindicato de Construção Civil; Durval Celestino de Souza, Sindicato dos Conferentes; João Araújo, Sindicato Textil de São Paulo; José Conrado Alves, Sindicato Textil de Pernambuco; Aurélio Cavalcante Vieira, Sindicato Textil de Alexandria; Daniel Augusto Alcântara, Sindicato dos Metalúrgicos; Durival de Araújo Luz, Sindicato Textil de Rio Largo; Acilberto Alcântara, Sindicato de Rodoviários Autônomos; Antônio Vitorino da Silva, Sindicato do Açúcar e Silício Rodoviários Autônomos; Ar Martins do Sindicato dos Sapateiros.

EDIÇÕES PAZ E SOCIALISMO

o que há de mais útil e oportuno nos folhetos	
a força do comunismo está em sua unidade e leninismo em ação	Cr\$ 150,00
pela independência nacional a estrutura da classe operária dos países capitalistas	Cr\$ 250,00
problemas da frente única antiimperialista rumo a novas vitórias do movimento comunista mundial (N. S. Kruschlov)	Cr\$ 350,00
	Cr\$ 125,00

Em espanhol e francês * Atende-se pelo reembolso * Pedidos e valores em nome de H. Cordeiro, Rua da Assembleia 34, salas 204 e 304, rio — gb

VOCÊ SABIA?

- 1 — Que os livros soviéticos são apreciados universalmente pelo seu conteúdo, apresentação e preços acessíveis?
- 2 — Que existe no Brasil uma organização que possui estocagem completa de livros soviéticos sobre filosofia, economia, história, política, educação, ciência e técnica, literatura, etc.?
- 3 — Que os livros soviéticos são editados também em espanhol, inglês e francês?
- 4 — Adquirir livros soviéticos, solicitando catálogos à:

AGENCIA INTERCAMBIO CULTURAL Rua 15 de Novembro, 228 — 2º andar — sala 209 SAO PAULO

Quatro Dias de Luta Derrotaram Sítio na Bahia e em Pernambuco

Cerca de um milhão de pessoas mobilizaram-se na Bahia e em Pernambuco durante os dias que se seguiram à tentativa — agora frustrada pelas forças populares — de decretação do estado de sítio. Realizaram-se naqueles Estados cerca de 50 comícios, ao mesmo tempo que os trabalhadores exigiam por meio de suas organizações sindicais suas palavras de ordem pela manutenção das liberdades democráticas. Nos quatro dias de vida e morte do estado de sítio as forças populares uniram-se aos governadores de Pernambuco e da Bahia, que emitiram uma declaração conjunta repudiando o cerceamento das liberdades democráticas.

RECIFE E ARRAES UNIDOS

O ponto máximo das manifestações populares em Recife foi o comício realizado pelo CONSINTRA (Conselho Sindical dos Trabalhadores) em frente ao Palácio do governo, e contando com a presença do governador Miguel Arraes e dos deputados José Inácio e Francisco Julião. Durante o comício, trinta mil pessoas aplaudiram a retirada do pedido de estado de sítio, encaminhado pelo Presidente da República.

Falando aos trabalhadores, o governador Miguel Arraes declarou que "a crise brasileira está atingindo seu fim", pois "o povo unido e organizado já está apto a defender todas as posições democráticas e progressistas". Referindo-se à crise em que se encontra o País, e particularmente à retirada do pedido de estado de sítio, afirmou o governador pernambucano: "Esse episódio da crise nacional deu mais uma lição ao povo, a lição da unidade e da organização que deve estar acima de quaisquer divisões de grupos e de interesses pessoais, pois é esta unidade quem por a grande corrente de unidade que nos torna vitoriosos como estamos agora, depois da batalha contra o estado de sítio".

MANIFESTO REPUDIOU SÍTIO

Antes da realização do grandioso comício os trabalhadores divulgaram, por intermédio do CONSINTRA um

manifesto onde esclareciam a população as causas das crises frequentes que o povo é obrigado a enfrentar. O manifesto trazia sete itens fundamentais, onde os operários sintetizavam suas exigências, entre as quais: direito de voto a todos os brasileiros; anistia geral para os sargentos; reforma agrária com a alteração da Constituição; regulamentação da lei de remessa de lucros; ampliação do monopólio estatal de petróleo; seleção rigorosa do crédito estatal e a realização de uma reforma bancária progressista. Concluindo o documento dos trabalhadores conclama a população a unir-se em torno das reformas de base e das liberdades democráticas.

COMICIO NO ACESO DA CRISE

Depois de uma reunião realizada no Sindicato dos Bancários na tarde do dia 5, as forças populares de Pernambuco resolveram realizar um vasto programa de comícios em defesa das liberdades democráticas. As manifestações iniciaram-se na manhã do dia 6, e só terminaram com o grande comício de Recife, depois que os trabalhadores foram notificados a respeito da mensagem pedindo a retirada da mesma que solicitava o regime de exceção. Enquanto a crise nacional atingia seus momentos de maior importância, as forças populares de Pernambuco, a exemplo do que aconteceu em todo o Brasil, acionavam o dispositivo de manutenção das liberdades dando-lhe aquela força que levou o governo federal a recuar de sua posição inicial.

Os comícios de Pernambuco começaram às primeiras horas da manhã do dia 6, quando realizaram-se atos em Goiânia e no Cabo, continuando por todo o dia de domingo. As manifestações programadas para o dia 7, foram subitamente modificadas, pois com a vitória das forças populares, os protestos contra o estado de sítio passaram a ser comemorações do triunfo popular.

TUDO COMEÇOU EM SALVADOR

Logo que o País foi notificado do pedido de estado de sítio, o governador Mi-

guel Arraes, que se encontrava em Salvador numa reunião com o governador Lomanto Júnior, fez seu primeiro pronunciamento a respeito da mensagem presidencial, juntamente com o governador da Bahia. Ao sair do Palácio da Aclamação, o sr. Miguel Arraes foi recebido por uma comissão de estudantes encabeçada pelo presidente da UNE, que se encontrava também em trânsito pela capital baiana, aos quais declarou sua irrestrita solidariedade às forças populares que já se haviam colocado contra o sítio, pedindo à população de Salvador que se mobilizasse em defesa das liberdades.

Notificados da posição tomada pelo CGT, os trabalhadores resolveram entrar em estado de alerta para, se necessário, tomar medidas mais enérgicas no caso de ser aprovado o sítio.

Os trabalhadores em petróleo da Bahia, cerca de 17 mil, mobilizaram-se imediatamente para encerrar suas atividades ao mesmo tempo em que sublevaram a aprovação do estado de sítio, e para isso enviaram mensagens aos mais distantes pontos de petróleo, localizados no interior baiano, alertando seus companheiros.

VIRGILDÁSIO E ESTUDANTES

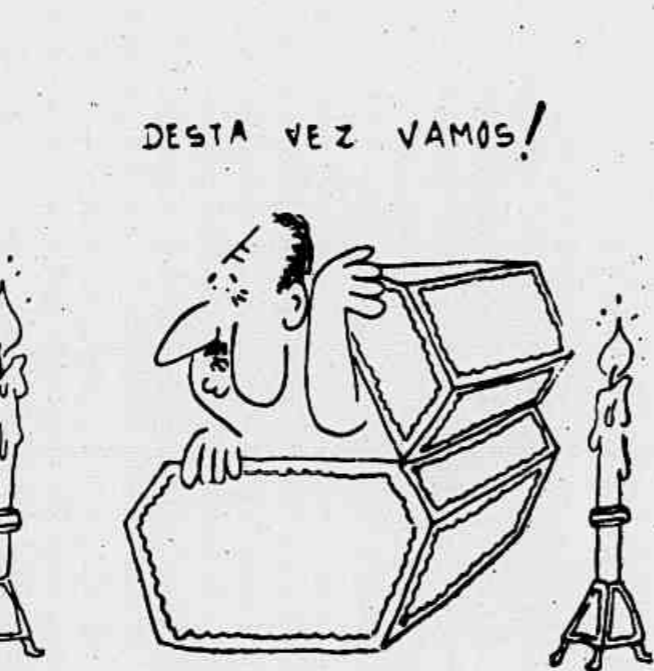
O prefeito de Salvador, sr. Virgildásio Sena, pronunciou um ardente discurso, colocando-se decididamente contra o regime de exceção, afirmando que "em vez de o povo pedir a punição enérgica dos governadores que tramam contra a segurança nacional, particularmente quando é usado um meio de divulgação estrangeiro para assacarem-se injúrias contra o governo brasileiro".

A União dos Estudantes da Bahia mobilizou imediatamente seus diretórios acadêmicos, pedindo aos estudantes que organizassem, comícios relâmpagos e passatas em defesa das liberdades constitucionais. A orientação da UEE baiana, foi imediatamente levada a efeito por suas bases que realizaram dezenas de manifestações contra o sítio.

PE-DE-CABRA ROMA

DESTA VEZ VAMOS!

IMPORTANTES POLITICOS CONCEDEM ENTREVISTA A "PE-DE-CABRA", SOBRE O MOMENTO HISTÓRICO.



ESTOU SEM PERSPECTIVA...



A POMBA DA PAZ ADIARDARA

A RETIRADA do pedido de estado de sítio — pedido que havia sido encaminhado pelo sr. João Goulart ao Congresso Nacional, no dia 4, sexta-feira — representa o fracasso de uma manobra reacionária, voltada fundamentalmente contra os trabalhadores e as forças democráticas, em geral. Com a frustração dessa manobra, obtiveram as correntes progressistas uma importante vitória, fruto da clarividência, firmeza e unidade com que atuaram.

Malograda essa tentativa liberticida, surgem naturalmente as indagações: que sentido tiveram, afinal, os episódios do encaminhamento e posterior retirada do pedido de decretação do estado de sítio? Que papel tiveram nelas as forças políticas? Que perspectivas se apresentam agora diante do povo brasileiro?

Era Contra o Povo

O VERDADEIRO sentido da solicitação do estado de sítio está definido nas exposições dirigidas pelos ministros militares e o ministro da Justiça ao presidente da República e por esse encaminhadas ao Congresso como fundamentação de seu pedido. Ao que se sabe, os autores das mensagens foram os ministros pessedistas Abelardo Jurema e Oliveira Brito.

Vejamos o ofício do ministro da Justiça. Depois de algumas considerações gerais acerca do "espírito de concórdia e tolerância" do sr. Goulart afirma o ministro da Justiça que a "crise político-social vem de atingir índices que ameaçam a própria ordem constitucional". E que índices são esses? Porventura, o agravamento da situação econômica e financeira do País, determinada pela espoliação dos grupos imperialistas e seus associados, ou a estagnação da produção agrícola e a desumana miséria das massas camponesas, decorrentes do latifúndio, ou a sobrevivência de disposições jurídicas irremediavelmente superadas, como a que impede as desapropriações por interesse social e que nega o voto aos soldados e analfabetos, ou a escandalosa interferência estrangeira em nossos assuntos internos, a ponto de se elegerem com recursos do IBAD mais de cem deputados federais ou a recusa do truste lanque Hanna de submeter-se à decisão da Justiça brasileira, ou a intransigência de setores das chamadas "classes produtoras" em atender às reivindicações legítimas e vitais dos trabalhadores? Nada disso.

O pessedista Abelardo Jurema enumera as "suas" causas da crise político-social: "manifestações coletivas de indisciplina, verificadas na Polícia Militar de alguns Estados", "sublevação de graduados e soldados da Aeronáutica e da Marinha de Guerra na própria Capital da República", "atos contrários à disciplina militar praticados por cabos e marinheiros da Guanabara", "reivindicações salariais, que passaram a ser fatores de agravamento da crise", "excessiva radicalização político-ideológica". Para contrabalançar, faz Jurema uma referência a "maus brasileiros, até mesmo investidos das responsabilidades de governantes de Estado (que) passaram a conspirar contra a Nação". Atente-se, porém, para o fato de que, mesmo nesse caso, há como que uma justificativa — de resto, inteiramente falsa — para os que conspiram: são eles "levados pela exacerbação política".

O alvo visado na exposição do pessedista Jurema é o povo. O estado de sítio foi pedido para esmagar as suas lutas ("indisciplina", "sublevação", "reivindicações", etc.). Diz textualmente o ministro da Justiça: "... é indispensável o estabelecimento do estado de sítio para manter a ordem jurídico-constitucional, restaurar a tranquilidade e a própria confiança nos instrumentos legais".

Certamente, não seria possível apresentar o estado de sítio sem atacar com medidas contra conspiradores como Lacerda e Ademar, que ameaçam o Governo a partir de posições da mais intolerante e extrema direita, de posições dos setores sociais mais retrógrados, que não admitem sequer a ideia da mais tímida reforma, e chegam a anunciar a deposição do sr. João Goulart. Não se exclui mesmo a possibilidade de que, em busca de obter o sítio, os setores do Governo nele interessados quisessem mesmo adotar medidas contra os chefes da conspiração golpista. Mas seria apenas um elemento acessório — uma "cobertura", diante de certos setores da opinião pública, para o golpe contra as forças nacionalistas e populares. Lacerda e Ademar poderiam ser "sacrificados", mas os poderes de execução não seriam acionados com o propósito de atingir as bases econômicas e sociais da reação, já que as causas da crise não são nelas identificadas, mas sim na "indisciplina". Ao contrário, o gume se volta mesmo contra o povo — os trabalhadores, os soldados, o movimento nacionalista em geral. O objetivo, em suma, era "restaurar a tranquilidade" — e todos sabemos muito bem o que isso significa na boca

de um reacionário como Abelardo Jurema. A exposição dos ministros militares obedece ao mesmo esquema da exposição de Jurema.

Tudo indica, enfim, que se verificou — e foi frustrada pelo povo — uma reedição da manobra do "comício" de abril na Guanabara.

Como Foi Derrotada

Para produzir os efeitos desejados, o estado de sítio teria de ser decretado sem perda de tempo, isto é, antes que as forças democráticas pudessem agrupar-se e, mobilizando as massas e todas as correntes progressistas, lançar-se à luta e esmagar a trama reacionária.

Acontece, porém, que a medida de exceção prometida atingir Lacerda e Ademar, assustando desse modo forças do campo reacionário. Outra manobra, então, foi posta em prática, já na Câmara, sob a inspiração e o comando da cúpula pessedista: o estado de sítio seria concedido, mas somente depois de expurgado do texto da lei qualquer dispositivo que não servisse, explicitamente, apenas para a repressão contra o movimento operário e as correntes nacionalistas. Nada de "concessões", nada de atingir Lacerda, nada que pudesse constituir uma possibilidade de ameaça aos verdadeiros responsáveis pela crise. Foi precisamente para encontrar essa fórmula que a maioria da Câmara pediu um prazo de 48 horas à Comissão de Justiça. Entretanto, sem que fosse preciso esgotar-se esse prazo foi a fórmula mágica encontrada — um desses artificios em que são doutores os sobas do PSD.

Coube ao pessedista Vieira de Melo apadrinhar, como

feito fixando, a sua posição e exortando as forças populares a uma intervenção decisiva para impedir que viesse a ser decretado o sítio. Na véspera, na sessão matutina da Câmara, o deputado Marco Antônio pronunciou um discurso condenando a iniciativa do pedido de sítio e esclarecendo não ser necessária essa medida odiosa para esmagar a conspiração chefiada por Lacerda e Ademar.

Seguiram-se a esse pronunciamento as manifestações de todas as organizações representativas do movimento sindical, camponês e estudantil, assim como de personalidades políticas identificadas com a causa da democracia e do nacionalismo. O Comando Geral dos Trabalhadores, em incial manifesto, adverte os trabalhadores de todo o País para se manterem em estado de alerta, prontos para atender à palavra de ordem de greve geral, se o desdobramento da situação o exigisse. Em seu manifesto o CGT condena o estado de sítio, reitera o apoio dos trabalhadores "às medidas que o governo federal venha a tomar contra os conspiradores ligados aos interesses estrangeiros chefiados pelos governadores Ademar e Carlos Lacerda" e insiste na necessidade da aplicação pelo governo Goulart de uma nova política, rompendo com a conciliação: "O que o povo e os trabalhadores defendem são medidas concretas contra o imperialismo e o latifúndio e seus agentes internos. Exigimos a luta contra a inflação e o alto custo de vida que asfixia o povo, a realização imediata de todas as demais reformas constantes de nossa plataforma de reivindicações".

No dia seguinte, depois de prolongadas discussões, a Frente de Mobilização Popular lança uma mensagem, definindo "uma posição comum das forças populares, ante a crise que o País atravessa": condenação à tentativa de implantação de estado de sítio e manutenção das liberdades democráticas, libertação dos sargentos e soldados, reformas de base e programa democrático e nacionalista de governo. "É a única saída do governo" — diz a mensagem da FMP.

As organizações centrais dos estudantes — UNE e UBES — lançam igualmente manifestos com idêntico conteúdo, pondo em estado de alerta o movimento estudantil em todo o País.

do Congresso esboçaram um movimento de oposição à retirada do pedido de sítio, com o qual se haviam comprometido através do substitutivo Vieira de Melo. A manobra não surtiu efeito e o pedido teve mesmo de ser retirado, contra o desejo dos Tancredo Neves, Marliâng Rodrigues e Guerreiro Ramos.

A frustração da ameaça liberticida constituiu uma importantíssima vitória das forças nacionalistas e populares. Ficou demonstrado que são essas forças os intérpretes autênticos da vontade do povo, das aspirações nacionais. Desde o primeiro instante, as correntes democráticas identificaram no pedido de sítio uma armadilha contra o povo, dirigindo à Nação uma denúncia em termos que permitiram a mobilização, pode-se dizer instantânea, da opinião pública. Ficou demonstrado, ainda que, uma vez mobilizadas e atuando com firmeza, clarividência e coesão, as forças nacionalistas e populares têm condições de paralisar as manobras de cúpula contra o povo, mesmo quando apresentadas sob aparências enganadoras. Ficou demonstrado, também, que as tentativas "centristas" de atingir conspiradores como Lacerda e Ademar atingindo, ao mesmo tempo, e fundamentalmente, as forças que lutam pela emancipação econômica e a renovação democrática do País estão condenadas ao fracasso. O caminho para fazer face à conspiração entregulista não pode ser outro senão o caminho da mobilização e participação ampla das massas populares e das correntes nacionalistas, representadas por suas entidades autênticas, como o CGT, a FMP, a ULTAB, a FPN, a UNF, a UBES e mais organizações democráticas. Ficou demonstrado, finalmente, que não pode ser mais adiada pelo Governo, e pessoalmente, pelo sr. João Goulart a adoção de uma política clara e consequente no sentido das reformas de base, da luta contra a espoliação imperialista, da consolidação e ampliação das liberdades democráticas para o povo.

E Agora?

MILHÕES de brasileiros fazem hoje esta pergunta. O estado de sítio foi afastado, nesse dramático episódio. Estamos, sem dúvida, diante de uma grande vitória das forças democráticas. Mas isso é tudo? Que fazer para evitar que episódios semelhantes, e certamente mais graves, se repitam nas próximas semanas?

Esse tema — e agora? — vem sendo encarado de diferentes maneiras, segundo os interesses em jogo. Segundo "O Globo", por exemplo, o que é preciso fazer, com sítio ou sem sítio, é esmagar as forças democráticas para tornar "tranquila" a vida dos espoliadores imperialistas e dos latifundiários. O "Estado de São Paulo" é mais atrevido e conclui o seu editorial de terça-feira declarando, abertamente, que o dever dos chefes militares é depor o presidente da República, através de um golpe como os de outubro de 1945 e agosto de 1954. Do ponto de vista da "Última Hora", resultante de uma evidente escamoteação da realidade, verifica-se um avanço das "extremas", que precisa ser contido mediante as reformas de tonalidade "centrista" — quando o que há, de fato, é o rotundo fracasso do tal "centrismo" (isto é, a conciliação com os inimigos do Brasil e do povo) e a exigência nacional, e não de um "extremo", para que sejam efetivamente encarados e resolvidos os problemas do País e do povo.

A resposta certa à pergunta — e agora? — é a dada pelas forças nacionalistas e populares. Há uma conspiração estrangeira no País, e à sua frente estão Lacerda e Ademar. Essa denúncia vem sendo feita há muito tempo pelos nacionalistas. Contra ela é necessário lançar mão de medidas as mais energéticas, que terão o apoio maciço do povo. Mas isso não pode ser desligado da luta contra as causas, as bases, as raízes da conspiração, que se encontram, não nas greves e "indisciplinas" como dizia o pessedista Jurema, mas nos grupos imperialistas que nos espoliam, no latifúndio que faz do direito de propriedade um cruel privilégio, na especulação dos negociantes, na inflação que exaure os salários e condena à miséria a esmagadora maioria de nosso povo. O esmagamento da conspiração entregulista está inseparavelmente vinculado, está mesmo condicionado, a essa luta e, portanto, à adoção de uma política que se oriente, com clareza e determinação, no sentido de emancipar o Brasil da dependência imperialista, de promover as reformas de estrutura, de ampliar a democracia para o povo. Essa política exige, por sua vez, que o Governo rompa os compromissos com as forças da reação e se volte, resolutamente, para as forças do progresso, para o povo.

Esse, precisamente, é o sentido da palavra de ordem que NOVOS RUMOS apresentou em seu editorial de terça-feira: *novo governo e nova política*. Dizamo-nos nesse editorial: "A solução dos problemas nacionais exige atos concretos do Governo em benefício do povo. Exige medidas efetivas contra a espoliação e a escravidão do latifúndio. Os representantes desses criminosos interesses serão, assim, atingidos. Assim se combaterá, realmente, a minoria privilegiada e retrógrada, que engorda à custa dos sofrimentos e das privações da esmagadora maioria da Nação. E será agindo dessa maneira que o Governo contará com o apoio decidido do povo para esmagar a conspiração reacionária e entregulista".

Esse é o significado do manifesto lançado pelo CGT, após a retirada do projeto de estado de sítio. Depois de aplaudir a atitude do sr. João Goulart, "por ter sido, mais uma vez, sensível à manifestação do povo", o Comando Geral dos Trabalhadores mostra que se impõe a necessidade da recomposição do Ministério e da chefia dos órgãos que executam a política do Governo, colocando-o em condições de tomar concretamente o rumo das reformas de base e da emancipação nacional.

Essa é uma verdade tão clara como a água. Não é com uma política de concessões ao imperialismo, apoiada pelas velhas raposas do PSD, que será extirpada a crise. Ao contrário: os fatos mostram que isso só leva ao agravamento. Nem e com um Ministério em que pontificam reacionários como Abelardo Jurema e que tem em postos-chave da política econômico-financeira — SUMOC, CACEX, Banco do Brasil, etc. — empedernidos entregulistas que se poderá levar à prática uma orientação progressista e emancipadora.

Essa é uma nova batalha. A reação, derrotada no episódio do sítio, já se lança a uma furiosa contra-ofensiva. Querem transformar um suposto atentado a Lacerda em uma "República do Galeão". Os setores da conciliação voltam à carga, por sua vez, insistindo em que se prossiga em sua ruína política. As forças nacionalistas e populares cabe a grandiosa missão de vencer também essa batalha. Para isso precisam estar ainda mais vigilantes, mais coesas, mais lúcidas e mais decididas.



relator da Comissão de Justiça da Câmara, a tal fórmula. O projeto encaminhado pelo presidente da República foi inquinado de inconstitucional, e sob essa alegação se retirou do seu texto tudo o que parecia dúbio e que pudesse autorizar a adoção de medidas contra Lacerda, permanecendo e sendo "aperfeiçoados" no entanto, no substitutivo Vieira de Melo, aprovado pela Comissão, os "remédios" para reprimir as lutas reivindicatórias dos trabalhadores e o movimento patriótico. Em seu relatório, o deputado Vieira de Melo, mencionou a necessidade de o Governo incluir no decreto a suspensão do direito de greve; apontou como passíveis de repressão as campanhas "a propósito das reformas de base"; recomendou a ação, não contra Lacerda, mas sob cavilosas insinuações, contra Miguel Arraes; justificou o esmagamento das lutas patrióticas do povo, por ele definidas como "processo político radical (...) a sombra de mal disfarçados propósitos nacionalistas", etc..

Aparentemente, essa seria uma variante "tolerável" — em todo caso, "amenizada" — do estado de sítio. O que ela representava, porém, era uma jogada para tornar absolutamente claras as coisas: o estado de sítio não podia ser senão contra o povo.

Isso foi imediatamente compreendido pelos mais autorizados porta-vozes da reação como "O Globo". Em seu editorial de sábado, dia 5 o vespertino da embalagem americana afirma categoricamente seu apoio à exposição de motivos dos ministros, com exceção apenas do trecho que se refere a Lacerda. "É aqui, apenas aqui, que discordamos dos motivos citados pelos Ministros da Guerra, Marinha e Aeronáutica para justificar o pedido de sítio". E mais: "... queremos que o presidente, cumpra o seu mandato até o último dia, mas atuando, energeticamente, para soffrer as esquerdas, restaurar a ordem e estimular o trabalho". "O Globo" torcia pelo estado de sítio — mas que ele não contivesse nenhuma possibilidade de desviar, mesmo episódicamente, o ataque contra a "esquerda", isto é, contra o povo, contra os patriotas.

Ainda antes, porém, de se tornar pública essa manobra, com a publicação do relatório e substitutivo Vieira Melo, as forças democráticas estavam mobilizadas e em luta contra o estado de sítio. Dando uma formidável demonstração de segurança política, de capacidade de mobilização e de unidade, as correntes nacionalistas e populares denunciaram ao País a grave ameaça do estado de sítio e galvanizaram a opinião pública no protesto contra a tentativa reacionária em curso.

Já no sábado, dia 5, através de NOVOS RUMOS, circulando em edição extra, os comunistas lançavam um man-

Personalidades da frente nacionalista como o governador Miguel Arraes, os deputados Leonel Brizola, Almino Afonso e Sérgio Magalhães dirigem-se ao povo brasileiro, mostrando-lhe a gravidade da situação e advertindo-o para a necessidade de resistir e lutar.

Sindicatos de trabalhadores de todo o País e inúmeras organizações populares pronunciam-se energeticamente contra a ameaça do sítio. Os ferroviários da Leopoldina anunciam uma greve de advertência, e a realizaram segunda-feira, das 11 às 14 horas.

Jango Cede à Pressão

A poderosa pressão popular fez-se sentir sobre o sr. João Goulart. Domingo, dia 6, o presidente da República reuniu-se com uma delegação da Frente de Mobilização Popular, representando as diversas organizações do movimento nacionalista, sindical e estudantil. Foi um demorado e franco debate, encerrado com a promessa de JG de que, atendendo à vontade popular, iria retirar do Congresso o pedido de decretação do estado de sítio, assim como imprimir uma orientação ao seu Governo, de acordo com as reivindicações formuladas pelas forças nacionalistas.

Já no domingo à noite, após reunir-se o sr. Goulart com os ministros militares e o ministro da Justiça, decidiu o Governo solicitar do Congresso a retirada da mensagem do sítio. Os chefes das pastas militares e o sr. Jurema fariam novas exposições, justificando essa atitude. No mesmo dia, em Brasília, o líder da bancada do PTB, deputado Bocaliúna Cunha, anunciou em nota oficial que o PTB decidiu "reavaliar a posição do partido", em face do caráter reacionário que teria a aprovação do estado de sítio.

Efetivamente, segunda-feira pela manhã era entregue à Câmara a nova mensagem do presidente da República. A cúpula pessedista e outros agrupamentos reacionários

NOVOS RUMOS